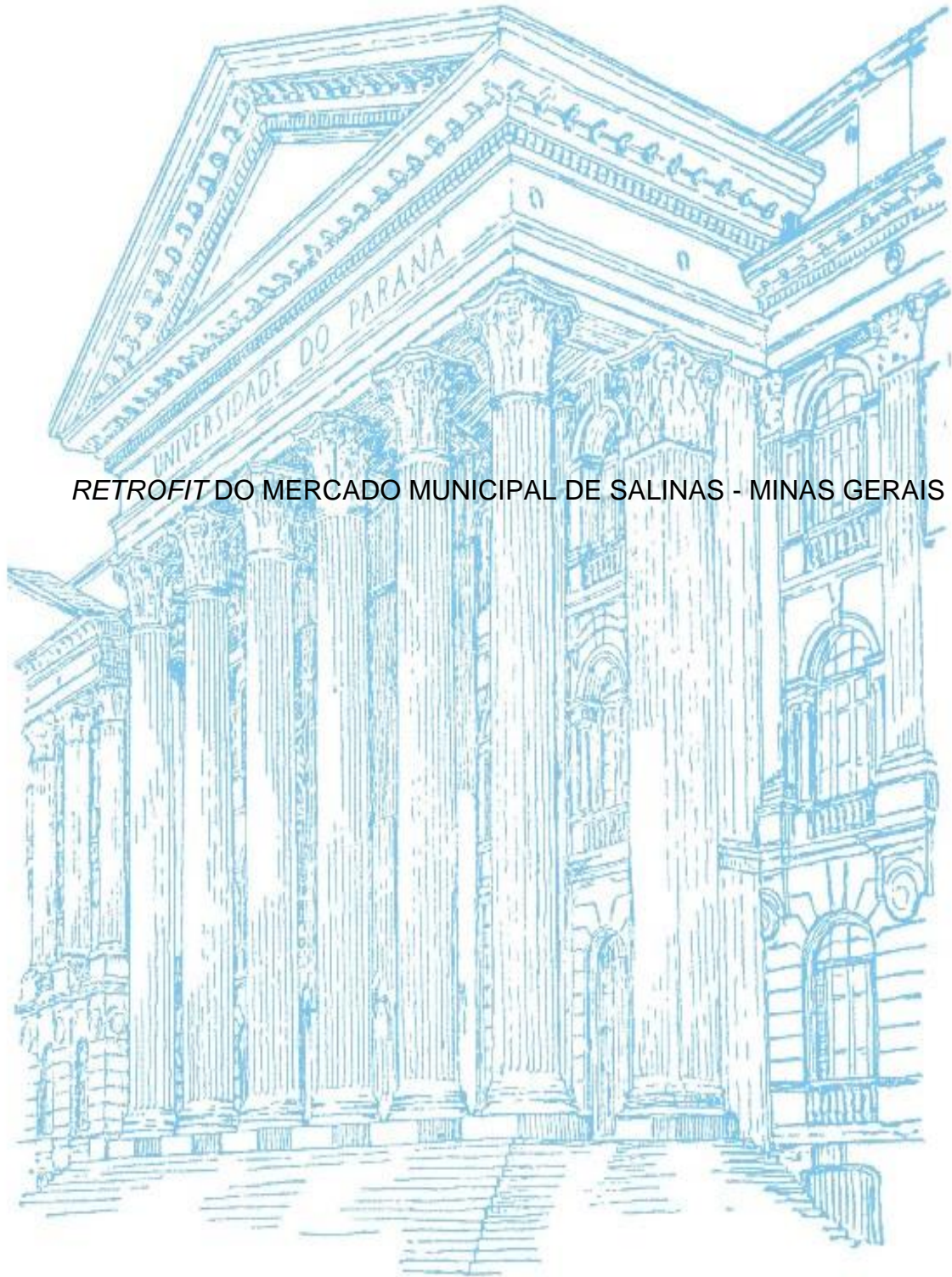


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA FRANCIELLY SOUZA MENDES



RETROFIT DO MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS - MINAS GERAIS

CURITIBA

2016

LARISSA FRANCIELLY SOUZA MENDES

RETROFIT DO MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS - MINAS GERAIS

Trabalho Final de Graduação apresentado à disciplina TA059 Orientação de Pesquisa, do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná – UFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Elizabeth Amorim de Castro

CURITIBA

2016

Dedico este trabalho aos meus pais, Marlene Souza
e Lúcio Mendes, meu irmão, Iago Mendes, e meu
padrasto Antônio Araújo pelo apoio
e esforço dedicado para que fosse possível
a realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e funcionários do CAU-UFPR,
pela dedicação e contribuição na minha formação profissional.

À Professora Dr^a Elizabeth Amorim de Castro,
pelo incentivo, apoio e ensinamentos durante a elaboração deste trabalho.

Aos amigos do curso de Arquitetura e Urbanismo,
pela parceria nesta jornada e por todos os momentos que vivemos juntos.

À Ana Paula Serpas, Maiara Adad, Marjorie Bozzi,
pelas contribuições durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal de Salinas,
pela atenção e disposição em ceder materiais fundamentais
para a concretização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho refere-se a um estudo teórico acerca da preservação do edifício do Mercado Municipal de Salinas-MG, utilizando o *Retrofit* como tipo de intervenção. Esse mecanismo tem como objetivo recuperar o bem através de ações que melhorem o desempenho e a qualidade espacial, permitindo drásticas alterações desde que as características intrínsecas sejam mantidas. Com o estudo das diferentes tipologias dos mercados públicos compreendeu-se a importância deste equipamento urbano. A partir da análise de correlatos foram determinadas as diretrizes que servirão de base para a elaboração de uma proposta arquitetônica.

Palavras chave: Patrimônio Cultural, Preservação, *Retrofit* e Mercado Público.

ABSTRAT

This paper refers to a theoretical study on the preservation of the Municipal Market Building Salinas -MG, using the Retrofit as type of intervention. This mechanism aims to recover the well through actions to improve performance and spatial quality, allowing drastic changes since the intrinsic characteristics are maintained. With the study of different types of public markets understood the importance of this urban equipment. From the related analysis it was determined the guidelines as a basis for the development of an architectural project.

Keywords: Cultural Heritage Preservation , Retrofit and Public Market .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS:.....	20
FIGURA 2 - MERCADO SANTA CATERINA	26
FIGURA 3 - MERCADO SANTA CATERINA.	26
FIGURA 4 - STOA E PRAÇA DO MERCADO GREGO.	29
FIGURA 5 - MERCADO PÚBLICO NO IMPÉRIO ROMANO.	29
FIGURA 6 - PRAÇA DO MERCADO DE NUREMBERG.	30
FIGURA 7 – <i>FONDACO DEI TEDESCHI</i>	31
FIGURA 8 - VISTA AÉREA <i>LES HALLES CENTRALES</i>	32
FIGURA 9 - MERCADO DE SÃO MIGUEL	33
FIGURA 10 - MERCADO DA CANDELÁRIA.....	33
FIGURA 11 - MERCADO FECHADO COM PÁTIO INTERNO ABERTO.	36
FIGURA 12 - MERCADO FECHADO COM PÁTIO INTERNO ABERTO.	37
FIGURA 13 – VISTA AÉREA DO MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS	39
FIGURA 14 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS.	41
FIGURA 15 - MERCADO CENTRAL DE ABASTO	41
FIGURA 16 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS.....	42
FIGURA 17 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS.....	42
FIGURA 18 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS	43
FIGURA 19 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS.....	44
FIGURA 20 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS.....	45
FIGURA 21 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS.....	45
FIGURA 22 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS	45
FIGURA 23 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS.	45
FIGURA 24 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS	46
FIGURA 25 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS	46
FIGURA 26 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS.....	46
FIGURA 27 - VISTA INTERNA DO NOVO EDIFÍCIO	46
FIGURA 28 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS	47
FIGURA 29 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS	47
FIGURA 30 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES	48
FIGURA 31 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES	49

FIGURA 32 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES	49
FIGURA 33 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES	51
FIGURA 34 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES	51
FIGURA 35 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES	52
FIGURA 36 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES	52
FIGURA 37 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES	52
FIGURA 38 - MERCADO PÚBLICO DE LAGES.....	53
FIGURA 39 – MERCADO PÚBLICO DE LAJES.....	54
FIGURA 40 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES	54
FIGURA 41 - MERCADO PÚBLICO DE LAGES.....	54
FIGURA 42 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES	54
FIGURA 43 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA	55
FIGURA 44 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA	56
FIGURA 45 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA	56
FIGURA 46 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA	58
FIGURA 47 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA	59
FIGURA 48 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA	59
FIGURA 49 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA	60
FIGURA 50 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA	60
FIGURA 51 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA	60
FIGURA 52 – MERCADO MUNICIPAL DE ORGÂNICOS	60
FIGURA 53 – MUNICÍPIO DE SALINAS/MG	62
FIGURA 54 – MUSEU DA CACHAÇA	64
FIGURA 55 - MUSEU DA CACHAÇA	64
FIGURA 56 – MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS	65
FIGURA 57 - MERCADO VELHO DE SALINAS	66
FIGURA 58 - MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS.....	66
FIGURA 59 - MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS.....	68
FIGURA 60 - RELAÇÃO ENTRE OS GABARITOS DO ENTORNO.	69
FIGURA 61 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	69
FIGURA 62 – ENTORNO DO MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS.....	70
FIGURA 63 – ENTORNO DO MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS.....	70
FIGURA 64 - MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS: PROGRAMA ATUAL	71
FIGURA 65 – BLOCO PERIMETRAL COBERTO.....	71

FIGURA 66 – COMÉRCIO POPULAR	71
FIGURA 67 – ÁREA PARA ALIMENTAÇÃO COBERTA	72
FIGURA 68 - VISTA DO ESTACIONAMENTO	72
FIGURA 69 - MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS-MG	72
FIGURA 70 - PLANTA ESQUEMÁTICA DE DEMOLIÇÃO	78
FIGURA 71 - PLANTA ESQUEMÁTICA DE SETORIZAÇÃO	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - RESUMO COM O PADRÃO TIPOLOGICO DO MERCADO RIO GRANDE/RS.....	36
QUADRO 2 - RESUMO COM O PADRÃO TIPOLOGICO DO MERCADO SÃO JOSÉ / RECIFE – PE.	37
QUADRO 3 - RESUMO COM O PADRÃO TIPOLOGICO DO MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SP.	38
QUADRO 4 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS: INFORMAÇÕES GERAIS. ..	40
QUADRO 5 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS:.....	44
QUADRO 6 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES: INFORMAÇÕES GERAIS.	48
QUADRO 7 - MERCADO PÚBLICO DE LAGES:.....	50
QUADRO 8 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA: INFORMAÇÕES GERAIS. 55	
QUADRO 9 - MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA:	58
QUADRO 10 – MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS/MG: INFORMAÇÕES GERAIS.....	68

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ZONEAMENTO: ZONA CENTRAL E DE ADENSAMENTO PONTUAL (ZCAP)	74
TABELA 2 – PARÂMETROS URBANÍSTICOS APLICADOS	75
TABELA 4 - SETORIZAÇÃO/PROGRAMA DE NECESSIDADES	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CS	Uso comercial ou prestação de Serviços
CA	Coeficiente de Aproveitamento
H1/H2	Usos habitacionais 1/Usos Habitacionais 2
IAB-SC	Instituto do Arquitetos do Brasil – Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA-MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
M1/02	Uso Misto 1/Uso Misto 2
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TO	Taxa de Ocupação
TP	Taxa de Permeabilidade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
ZCAP	Zona Central e de Adensamento Pontual.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVAS	14
1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA	15
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2 PATRIMÔNIO CULTURAL	17
2.1 RETROFIT COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO	23
3 MERCADOS PÚBLICOS	27
3.1 TIPOLOGIAS DOS MERCADOS PÚBLICOS	35
3.1.1 Mercado Fechado com Pátio Interno Aberto	36
3.1.2 Mercado Coberto em Estrutura de Ferro dotado de Lanternim	37
3.1.3 Mercados Públicos Cobertos dotados de Torreões Laterais	38
4 ANÁLISE DE CORRELATOS	40
4.1 MERCADO CENTRAL DE ABASTOS (MERCADO CENTRAL DE CÁDIZ).....	40
4.2 MERCADO PÚBLICO DE LAGES	48
4.3 MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA.....	55
5 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE	62
5.1 BREVE HISTÓRICO DO MERCADO MUNICIPAL E ANÁLISE DA REALIDADE	65
6 DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO	74
6.1 LEGISLAÇÃO.....	74
6.2 DIRETRIZES PROJETUAIS.....	75
6.3 SETORIZAÇÃO E PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	77
7 CONCLUSÃO	81
8 REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

Os Mercados Públicos carregam um forte significado histórico e cultural, sendo referência na história das suas cidades. São espaços que vão além da função da compra e venda de alimentos, eles estimulam os sentidos com seus cheiros, cores e sons. Neles, fica estampado a identidade de um povo.

Os mercados apresentam, de forma admirável, uma permeabilidade entre espaço público aberto e os ambientes cobertos, parcialmente privados, ocupados geralmente sob a concessão do poder público. São espaços semipúblicos de forte concentração popular e que mostram a exuberância da vida cotidiana de uma cidade. (BONDUKI, 2010, p.14)

Em Salinas não é diferente. O mercado público possui uma importância cultural, social e, claro, econômica. Ali, o comércio é majoritariamente exercido por pequenos produtores do município. Quem não possui uma banca, instala-se nas calçadas e corredores e oferece seus produtos a consumidores regulares, pertencentes às várias camadas da população. O Mercado Público integra o cotidiano desta pequena cidade há mais de 40 anos.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Este trabalho consiste em uma pesquisa sobre o *retrofit* como forma de preservação do patrimônio edificado, desenvolvida no âmbito da disciplina “Orientação de Pesquisa” (TA040). Trata-se de um estudo acadêmico que objetiva fundamentar teoricamente a proposta projetual que será desenvolvida na disciplina “Trabalho Final de Graduação” (TA041), no semestre seguinte.

O objeto de intervenção é o Mercado Público da cidade de Salinas, localizado na região norte de Minas Gerais. O edifício, inaugurado em 1975 e desgastado pelo uso intenso, necessita de uma intervenção que renove sua infraestrutura, amplie seu espaço físico e incorpore novos usos. Em 2014, foram iniciadas as obras de ampliação e reforma do edifício. A intervenção realizada, inaugurada em 01 de julho deste ano, consiste em: uma reforma das instalações existentes; na demolição da cobertura metálica, onde abrigava área destinada a alimentação e ainda na demolição dos boxes de alvenaria do pátio central; na construção de um edifício anexo, denominado mini shopping destinado ao comércio

popular. Por considerar inadequada, este trabalho não considerará a obra executada e dará subsídios para uma nova proposta de intervenção.

A arquitetura modesta do Mercado de Salinas não está protegida pelo tombamento, situação que permite uma requalificação com ações mais flexíveis sobre o edifício existente, sem a submissão às regras rígidas de intervenção no patrimônio edificado. Neste contexto, o *retrofit* configura-se em uma intervenção que permite a utilização de novas tecnologias que irão aprimorar seu uso e aumentar seu potencial, mantendo as características intrínsecas do edifício.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em proporcionar embasamento teórico para a realização de uma proposta acadêmica de intervenção arquitetônica no Mercado Municipal de Salinas-MG, sob a ótica do Patrimônio Edificado.

1.2.2 Objetivos Específicos

Construir um embasamento teórico sobre o patrimônio edificado e as metodologias de intervenção.

Estudar a trajetória histórica dos mercados públicos e aproximar esse grande tema da realidade do Mercado Municipal de Salinas-MG.

Identificar e analisar as atuais condições do edifício, como forma de embasar a proposta de intervenção.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Como salinense, vejo o mercado público como o “coração” e o principal ponto de encontro da cidade. Ele é palco das principais discussões do município, sejam elas eventos informativos, festividades, protestos e campanhas eleitorais. Ali se encontram todas as características e costumes dos salinenses, povo acolhedor e festeiro.

O mercado atende toda a população, que o frequenta, principalmente, às sextas e sábados. As transações realizadas entre os comerciantes e seus fregueses geram além da renda, um vínculo afetivo que perdura anos e passa de geração em geração.

Após 40 anos da sua inauguração, o edifício encontra-se desgastado devido ao uso intenso e diário, apesar disso constitui um marco urbano na paisagem, no cotidiano e na memória dos salinenses. Uma intervenção é necessária tanto para acomodar um maior número de comerciantes quanto para incorporar soluções que requalifiquem o espaço e a estrutura existente.

O mercado precisa voltar a privilegiar os pequenos produtores que correspondem a grande maioria dos comerciantes e beneficiá-los resulta, pelo meu entendimento, na manutenção da essência desse equipamento e dos costumes e comércio de produtos típicos da região.

A pesquisa desenvolvida mostrou que os mercados públicos são objetos de estudos, reflexões e intervenções em várias cidades. Por estarem muitas vezes, degradados e subutilizados surgem iniciativas por parte do poder público para revitalizá-los, a partir da inserção de novas funções voltadas ao turismo e dialogando com as atividades comerciais inerentes a essa tipologia.

Neste contexto, justifica-se a escolha como tema de meu Trabalho Final de Graduação a proposta de intervenção no Mercado Público de Salinas, por intermédio de *Retrofit*.

1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, webgráfica e iconográfica sobre dois grandes temas: o patrimônio e os mercados públicos. A análise do local do projeto de *retrofit* ocorreu por meio de visitas *in loco* e de pesquisa documental (busca de projetos arquitetônicos, informações históricas, fotografias antigas, entre outros, em acervo de órgãos públicos) e levantamento arquitetônico e fotográfico atual.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho divide-se em oito capítulos, sendo o primeiro de caráter introdutório, no qual se apresenta a delimitação temática desta pesquisa, os objetivos gerais e específicos, as justificativas, a metodologia utilizada para seu desenvolvimento e a estrutura da monografia.

O segundo capítulo discorre acerca de um breve histórico Patrimônio Cultural; a preservação de edificações de arquitetura modesta e o uso do *Retrofit*, como instrumento de preservação.

O terceiro capítulo traz um breve histórico acerca do surgimento e evolução dos Mercados Públicos e um estudo sobre as diferentes tipologias existentes, a partir de uma análise de alguns exemplares significativos.

O quarto capítulo apresenta três estudos correlatos com características que dão embasamento à proposta de intervenção.

O quinto capítulo inicia com um breve histórico de Salinas e uma descrição do município. Em seguida, apresenta a história do Mercado Municipal de Salinas e, posteriormente, realiza a análise do seu contexto e de suas condições.

No capítulo seis são elencadas as diretrizes projetuais que servirão de base para a elaboração do projeto de intervenção a ser realizado no segundo semestre de 2016.

E, por fim, conclui-se esta monografia com as considerações finais e indicação de todas as fontes citadas no decorrer da pesquisa.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, define o Patrimônio Cultural brasileiro como sendo:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Leão (2009, p. 10) afirma que o patrimônio se fundamenta:

(...) no processo de identificação coletiva onde a fusão simbólica entre passado e presente se dá a partir de elementos sociais, culturais, ideológicos e psicológicos do grupo nos quais são significativos para a sua identidade.

Choay (2006, p. 18) conceitua monumento como:

tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememoram acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação da memória.

Sobre a abrangência da preservação, Carlos Lemos (1985, p. 29) alerta

[...] preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. [...] Devemos, então de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural.

Os bens arquitetônicos podem estar em perfeitas condições, sem necessidade de intervenção; danificados e em ruínas, necessitando de intervenções que revalorizem o edifício, como por exemplo a revitalização e reciclagem.

Lemos (1985, p. 36 e 37) afirma que, no Brasil, na década de 1920, ocorrem as primeiras iniciativas de regulamentar a proteção do patrimônio nacional. Em 1923, é proposta, na Câmara dos Deputados, a criação da Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, com o objetivo de “conservar os imóveis públicos ou particulares que, no ponto de vista da história ou da arte, revistam um interesse nacional”, porém a iniciativa não foi aprovada.

A partir de 1924, surgem iniciativas, por parte dos governos estaduais, que buscavam preservar o patrimônio cultural. Minas Gerais é o primeiro estado a organizar, em 1925, uma comissão que sugeria medidas para impedir que o patrimônio histórico e artístico se perdesse por conta do comércio de antiguidades. Em seguida, a Bahia, em 1927, e Pernambuco¹, em 1928, criam a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais com objetivo de organizar a defesa do acervo histórico e artístico. Estas ações no âmbito estadual, embora importantes, não se mostraram efetivas para a preservação do patrimônio. (IPHAN, 1980, p. 10, 11).

Em 1931, uma reunião científica organizada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações (estrutura do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual), formula diretrizes voltadas para a proteção de monumentos. No documento constam recomendações como a importância da conservação destes edifícios, de uma legislação que o proteja e do uso, "que assegure a continuidade de sua vida". (JOKILEHTO², 1986 apud CABRAL, 2015).

Nesse momento, a preservação estava voltada somente para os monumentos (tais como, palácios, edifícios de governo, igrejas etc.), não havendo preocupação em manter edifícios de menor importância ou traçados urbanos.

Artigo 69 – É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. [...] Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável [...]. - Carta de Atenas, 1933. (CURY, 2004, p. 54).

Pautada nesses conceitos, foi aprovada a primeira norma federal brasileira que traz um novo direcionamento em relação à proteção do patrimônio, trata-se do

¹ Pernambuco cria também o Museu de Arte Retrospectiva.

² JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation**. The Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property. 1986. Thesis, Doctor of Philosophy. The University of York, York, 1986, p. 399-401.

Decreto nº 22.928, 12 de julho de 1933, que "erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional". Suas justificativas são:

[...] que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história;
[...] que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possuem velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação [...]. (Decreto Nº 22.928, 12 julho de 1933)

Dois anos depois, o Governo Federal, através do Decreto nº 24.735, de 14 julho de 1934, organizou o Serviço de Proteção aos Monumentos Históricos e às Obras de Arte Tradicionais e aprovou um novo regulamento para o Museu Histórico Nacional. Em seguida, no Primeiro Congresso Brasileiro de proteção à Natureza, ocorrido em 1935 no Rio de Janeiro, os participantes aprovaram um pedido de criação de um Serviço Técnico Especial de Monumentos Especiais.

Esta trajetória culminou, em novembro de 1937, no Decreto nº 25, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – e o instrumento de Tombamento. Realizado pelo Poder Público, ele se constitui em

[...] um ato administrativo que tem por finalidade proteger – por intermédio da aplicação de leis específicas – bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (IPHAN).

O tombamento do centro histórico de Ouro Preto no estado de Minas Gerais, por exemplo, foi uma das primeiras ações viabilizadas pelo Decreto nº 25.

Mário de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Lúcio Costa foram importantes personagens na construção da preservação do Patrimônio Histórico, Cultural no Brasil e do SPHAN. Segundo Rubino (2002, p. 9), Lúcio Costa “elegeu o que tomar, como cuidar da obra tombada e como explicar e situar a obra tombada, assim como aquela que não merecia tal inscrição”.

[...] a concepção de preservação adotada no Brasil seguia fielmente a Carta de Atenas (1931), que “valorizava” o monumento e não a conservação do contexto urbano e a preservação das edificações comuns. (BONDUKI, 2010, p. 26).

Andrade Junior (2001, p. 146) afirma que “[...] se privilegiou exclusivamente a arquitetura colonial, especialmente o barroco dos séculos XVII e XVIII e a arquitetura moderna da escola carioca”.

No II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em 1964, foi aprovada a Carta de Veneza que, em seu 1º artigo, trata da preservação de obras mais modestas:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CURY, 2004, p. 92).

Segundo Bonduki (2010, p. 28), esse conceito chega ao Brasil nos anos 1970 e põe em destaque a “[...] necessidade de valorizar o contexto urbano porque nele estavam expressas a atuação social e os hábitos cotidianos, que eram tão relevantes quanto a ação dos governantes, da elite e da Igreja, representados pelos monumentos isolados”. O Mercado Municipal de Salinas (FIGURA 1), objeto de estudo da presente monografia, entra nessa categoria de edifícios modestos, além de possuir uma significação social e cultural para região.

FIGURA 1 - MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS:
PRAÇA ENÉAS FELÍCIO BATISTA E O EDIFÍCIO DO MERCADO.



Fonte: Autora, 2016.

O artigo V da Carta de Quito de 1967 afirma que

[...] os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico *constituem também recursos econômicos*, da mesma forma que as riquezas naturais do país. Consequentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles. (CURY, 2004, p. 109 e 110). (Grifo da autora)

Bonduki (2010, p. 28) afirma que, a partir da década de 1970, duas alternativas em relação à preservação do patrimônio no Brasil são contrapostas:

A primeira [vinculada à Carta de Atenas] estava associada à ideia da “cidade-documento”, que valorizava a relação entre o patrimônio, o contexto urbano, a antropologia e as manifestações populares; a segunda [vinculada à Carta de Quito] buscava relacionar o patrimônio com o valor econômico, acabando sempre por apontar o caminho do turismo para garantir a sustentabilidade dos bens protegidos.

A sustentabilidade refere-se à independência econômica do bem preservado, dispensando os incentivos governamentais. (BONDUKI, 2010, p. 47)

A Declaração de Amsterdã de 1975, “atribui a comunidade um papel ativo na identificação do patrimônio, que deixaria de ser responsabilidade apenas de profissionais diretamente envolvidos nas ações de preservação/restauração”, conforme Bonduki (2010, p. 29).

Na Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea, de 1976, em Nairobi, elaborada pela UNESCO, é definido o conceito de ambiência como

[...] o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica [dos conjuntos históricos ou tradicionais], ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais. (CURY, 2004, p. 220).

Assim, começa a se considerar não apenas o edifício a ser preservado, mas também seu entorno, fonte de compreensão da dinâmica histórica em que o bem está inserido. O IPHAN passou a ponderar outros exemplares, de arquitetura ferroviária, industrial e de estilo eclético, por exemplo, e a preservá-los pelo instrumento de tombamento.

Os tipos de intervenção aplicáveis na preservação do bem podem ser:

- **Conservação** – conjunto de operações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de um determinado bem cultural. Engloba um ou mais tipos de intervenções.
- **Manutenção** - conjunto de operações preventivas destinadas a manter em bom funcionamento e uso, em especial, a edificação. São exemplos: inspeções rotineiras, a limpeza diária ou periódica, pinturas, etc.
- **Reabilitação** - conjunto de operações destinadas a tornar apto o edifício a novos usos, diferente para o qual foi concebido.
- **Reconstrução** - conjunto de ações destinadas a restaurar uma edificação ou parte dela, que se encontre destruída ou em risco de destruição, mas ainda não em ruínas. A reconstrução é aceitável em poucos casos especiais, por exemplo, em caso de incêndios, enchentes e guerra, e deve ser baseada em evidências históricas ou documentação indiscutíveis.
- **Consolidação/Estabilização** - conjunto de operações destinadas a manter a integridade estrutural, em parte ou em toda a edificação.
- **Restauração ou Restauo** - conjunto de operações destinadas a restabelecer a unidade da edificação, relativa à concepção original ou de intervenções significativas na sua história. O restauro deve ser baseado em análises e levantamentos inquestionáveis e a execução permitir a distinção entre o original e a intervenção. A restauração constitui o tipo de conservação que requer o maior número de ações especializadas.
- **Revitalização** - conjunto de operações desenvolvidas em áreas urbanas degradadas ou conjuntos de edificações de valor histórico de apoio à “reabilitação” das estruturas sociais, econômicas e culturais locais, procurando a consequente melhoria da qualidade geral dessas áreas ou conjuntos urbanos (GOMIDE, SILVA, BRAGA, 2005, p. 13 e 14)
- **Reciclagem** – baseia-se essencialmente na reutilização de um edifício ou sítio urbano, ou melhor, numa adaptação a novos usos. Reciclar é iniciar um novo ciclo de utilização da obra, o que pode ser feito não só com a mudança de função da mesma como da sua forma e até caráter. Vai desde a modernização da aparência até o aproveitamento do valor econômico, cenográfico e sentimental da obra arquitetônica. (CASTELNOU, 1992, p. 267)
- **Retrofit** - constitui-se num conjunto de ações realizadas para o beneficiamento e a recuperação de um bem, objetivando a melhoria do seu desempenho, com qualidade ou a um custo operacional viável da utilização da benfeitoria no espaço urbano [permite alterações drásticas desde que se mantenha suas características intrínsecas] (QUALHARINI, 2000³ apud VALE, 2006, p. 127).

O Mercado Municipal de Salinas, objeto de estudo deste trabalho, pode ser considerado um edifício de arquitetura modesta, conforme a Carta de Veneza (1964). Não está protegido pelo tombamento, mas sua importância é inquestionável. Inaugurado em 1975, este equipamento urbano faz parte do cotidiano da cidade e detém uma importância social, econômica e cultural para o município.

Implantado na área central, o mercado, além da venda de alimentos, possui um comércio popular característico e uma área de alimentação muito frequentada.

³ QUALHARINI, E.L.; DUCAP, V.; ORIOLLI, A. **Considerações sobre Manutenção e Reabilitação Predial frente às Questões de Auto-Sustentabilidade**. Artigo no Congresso Construção 2000, Portugal, 2000.

No entanto, com seus mais de 40 anos de existência, suas instalações estão deterioradas e necessitam de uma requalificação.

Dentre os tipos de intervenções citados anteriormente, o *Retrofit* mostra-se adequado para o Mercado Municipal de Salinas, pois permite a adoção de novas tecnologias que irão aprimorar seu uso e aumentar seu potencial mantendo as características intrínsecas do edifício.

2.1 RETROFIT COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

[...] *retrofit* é a conjunção dos termos “*retro*”, oriundo do latim, que significa movimentar-se para trás, e de “*fit*,” do inglês, que significa adaptação, ajuste (BARRIENTOS⁴, 2004 apud MORAES, QUELHAS, 2012, p. 448).

O termo surgiu nos Estados Unidos, na década de 1990, tendo como objetivo revitalizar e aumentar a vida útil dos edifícios, a partir da incorporação das novas tecnologias (VALE, 2006, p. 128).

[...] o processo de *retrofit* constitui-se num conjunto de ações realizadas para o beneficiamento e a recuperação de um bem, objetivando a melhoria do seu desempenho, com qualidade ou a um custo operacional viável da utilização da benfeitoria no espaço urbano. (QUALHARINI³, 2000 apud VALE, 2006, p. 127).

O *retrofit*, ao contrário da restauração e da reforma, não se compromete com as características originais de um edifício, seu objetivo é modernizar a partir da inserção de novos materiais e soluções tecnológicas. Com a incorporação de tecnologias inovadoras, o edifício consegue se adequar a legislação vigente e conseqüentemente, melhora sua eficiência energética.

[...] a recuperação de obras danificadas através do processo do *retrofit* arquitetônico é uma ferramenta de intervenção limpa e confiável que evita que as edificações tornem-se obsoletas. Possibilita ainda uma recuperação segura abrangendo os aspectos históricos, econômicos e ecológicos. Proporciona a maximização do ciclo de vida dos edifícios existentes, readequando-os às necessidades dos novos usuários, tornando-os funcionais para o tempo presente. (MORAES, QUELHAS, 2012, p. 452)

⁴ BARRIENTOS, M. I. G. G. **Retrofit de edificações**: estudo de reabilitação e adaptação das edificações antigas às necessidades atuais. 2004. 189 f. Dissertação (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

O *retrofit* arquitetônico pode ser considerado uma importante alternativa para a melhoria das condições ambientais levando em consideração a relevância histórica das edificações. Este conceito não contempla apenas edifícios tombados, podendo ser aplicado em qualquer edifício que esteja desvalorizado. A ideia é incorporar as novas tecnologias a fim de que sua vida útil seja ampliada.

Vale (2006, p.142) recomenda esse instrumento em duas situações: “quando a recuperação reduz o custo em comparação com uma construção nova e, no caso de edificação histórica, quando esta solução, cria condições para novas funções e/ou facilitando seu uso”.

Ao intervir em uma edificação é necessário levar em consideração o grau de intervenção utilizado; os custos; a legislação vigente; as patologias que incidem sobre o edifício e a mudança do perfil dos usuários. A idade da edificação e as condições da estrutura também são essenciais na definição do grau de intervenção.

Quanto ao grau de intervenção do *retrofit*, Vale (2006, p.151) apresenta a seguinte classificação:

- **Retrofit Rápido:** Engloba serviços de recuperação de instalações e revestimentos internos;
- **Retrofit Médio:** Além dos serviços de intervenção rápida, nesta categoria também entram as intervenções em fachadas e mudanças nos sistemas de instalações da edificação;
- **Retrofit Profundo:** Nesta categoria, além das atividades anteriores, estão as intervenções em que há mudanças de layout que engloba, desde a compartimentação até a própria estrutura dos telhados;
- **Retrofit Excepcional:** Esse tipo de intervenção ocorre, principalmente, em edificações históricas ou localizadas em áreas protegidas.

Essa classificação serve apenas como base para que se tenha uma ideia do que será alterado no edifício permitindo a execução do diagnóstico e elaboração do projeto.

Uma das dificuldades na aplicação do *retrofit* é a ausência de uma normatização específica para esta intervenção, atualmente é levada em consideração as normas e diretrizes para novas edificações, o que dificulta a readaptação do projeto arquitetônico. Outro empecilho refere-se às responsabilidades civis e criminais da intervenção, pois em edificações novas ela recai sobre as construtoras. Em relação às obras de modificação, a responsabilidade é atribuída aos proprietários e isso prejudica a aprovação dos projetos de intervenções.

Uma das vantagens do *retrofit* é possibilitar que a edificação possua sustentabilidade ambiental. Com este direcionamento, podem ser incorporadas as seguintes soluções construtivas no *retrofit*:

- **Fachada Ventilada:** consiste em um espaço intersticial entre a camada de revestimento e a parede que é permanentemente ventilado no sentido vertical por convecção;
- **Shaft:** passagens onde passam as tubulações elétrica e hidráulica de uma edificação, facilitando a sua manutenção;
- **Gesso Acartonado ou Drywall:** constitui um sistema construtivo a seco de alta tecnologia que utiliza chapas de gesso acartonado fixadas sobre estruturas metálicas que compõe as paredes internas das edificações;
- **Piso Elevado:** sistema que permite compatibilizar os níveis do piso, agilizar as mudanças de layout e permitir a implantação de instalações elétricas, hidráulicas, ar condicionado e os cabeamentos telefônico e de internet.
- **Cobertura Verde:** sistema construtivo caracterizado por uma cobertura vegetal feita com grama e plantas, consiste em camadas de impermeabilização e de drenagem que recebem o solo e a vegetação. Funciona como um isolante térmico, além de melhorar a qualidade do ar e minimizar as ilhas de calor.
- **Painéis Fotovoltaicos ou painéis solares:** dispositivos que captam a energia solar e convertem em energia elétrica.
- **Captação da água da chuva:** consiste em captar a água da chuva através da cobertura da edificação e armazená-la em cisternas. A água pode ser utilizada na irrigação de jardins e plantações; para limpeza em geral.

A aplicação das técnicas do *retrofit* nas edificações tombadas ou não darão a elas instalações com comodidade, fachadas renovadas e principalmente a inserção de novas tecnologias. A aparência destas edificações poderá ou não ser alterada, porém a inserção de novas tecnologias é obrigatória.

O *retrofit* permite a reintegração de edifícios abandonados e/ou obsoletos à cidade, com sua preservação e a inserção de novas tecnologias e adequação às leis vigentes.

O Mercado de Santa Catarina em Barcelona, Espanha, pode ser considerado um exemplo importante de *retrofit*, uma vez que o edifício existente recebeu novas instalações hidráulicas e elétricas e novos materiais em seu interior, buscando sua revitalização. A intervenção contempla também um novo anexo destinado à habitação. Com o objetivo de integrar as edificações antiga e nova, foi inserida uma imponente cobertura em cerâmica. Este novo elemento, sem descaracterizar as instalações existentes, traz novas formas ao conjunto arquitetônico e indica a relação entre atual e existente, tradição e invenção. (FIGURA 2 e FIGURA 3).

FIGURA 2 - MERCADO SANTA CATERINA, BARCELONA, ESPANHA
FACHADA PRINCIPAL, DETALHE PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE O EDIFÍCIO EXISTENTE E
NOVA INTERVENÇÃO (COBERTURA).



Fonte: http://es.barcelona.com/directorio_de_barcelona/monumentos/mercat_santa_caterina. Acesso em: 28 julho 2016.

FIGURA 3 - MERCADO SANTA CATERINA, BARCELONA, ESPANHA.
VISTA DO INTERIOR, DETALHE PARA A COBERTURA.



Fonte: <http://www.barcelonaturisme.com/wv3/es/page/471/mercado-de-santa-caterina.html;jsessionid=c2a9d2405960dbd1485eca4965fa80e5>. Acesso em: 28 julho 2016.

3 MERCADOS PÚBLICOS

Os mercados públicos são importantes equipamentos urbanos, com significado histórico e cultural nas cidades. Ponto de encontro para habitantes e visitantes, neles se acham a produção agrícola, artesanal, os hábitos alimentares e as tradições de uma região. Esses espaços estimulam os sentidos com suas cores, cheiros, sabores e sons, características que tornam cada mercado único. Por sua dinâmica complexa, suas atribuições vão além do abastecimento, da compra e da venda de mercadorias.

No Período Neolítico, o homem selecionou animais e plantas necessários para sua sobrevivência, aperfeiçoou instrumentos de pedra, explorou a madeira e construiu embarcações. Ao longo do tempo, fixou-se próximo a terras férteis, garantindo sua alimentação e a produção agrícola⁵. A partir daí, foram desenvolvidas novas técnicas de cultivo, que possibilitaram os excedentes agrícolas e a consequente necessidade de trocá-los. (OLIVEIRA JUNIOR, 2006, p. 20). O comércio de alimentos consolidou-se ao longo da história da civilização, assim como o local para o desenvolvimento desta atividade. Os mercados passaram a fazer parte da vida urbana.

Estes lugares de mercado funcionaram historicamente como locais de distração e divertimento, concentrando também atividades religiosas (como os bazares) ou políticas (como a ágora), sendo o comércio e a troca de mercadorias apenas uma face da multiplicidade de práticas que ali tinham lugar. Locais, portanto, de relevante papel não só econômico como também social. (FILGUEIRAS, 2006, p. 26).

Conforme Mumford (1998, p. 85):

[...] as duas formas clássicas [para os mercados], a praça aberta ou o bazar coberto, e a rua de barracas ou de lojas, possivelmente já tinham encontrado sua configuração urbana por volta de 2.000 a.C.

Na cidade grega da Antiguidade, a ágora constituía-se em uma praça, conforme planta esquemática⁶ ao lado, onde ocorria a atividade cívica, a vida social, comercial, política, administrativa, legislativa e jurídica da comunidade. O mercado localizava-se no



⁵ Na Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates; e no Egito, às margens do Rio Nilo.

⁶ Planta esquemática da Ágora. Fonte: ROMANO, 2004, p. 59.

coração da polis (FIGURA 4).

No Império Romano, o mercado foi incorporado à estrutura urbana em função da sua importância na comercialização de alimentos: “[...] era aberto envolto por colunatas, [...] no centro uma fonte de água pública e em volta desta distribuíam-se as barracas dos comerciantes e camponeses” (FIGURA 5), conforme Oliveira Junior (2006, p. 25)

O Oriente Médio, devido sua localização entre dois continentes, tornou-se um polo comercial importante no final da Idade Média. Esta atividade desenvolvia-se nos bazares, espaços “compostos por vários pátios internos e mercados, lojas, fontes, banhos e casas de oração”. (VARGAS, 2001, p.113). As lojas localizavam-se em uma ou mais ruas, as quais podiam ser cobertas ou descobertas. (BENEVOLO, 2006, p. 226).

Carvalho (2016), afirma que, a partir do século XI, o processo de urbanização na Europa ganhou força com o fortalecimento das cidades existentes e a criação de novas urbes, resultando na intensificação do comércio.

[...] nas cidades de crescimento orgânico era possível encontrar atividades mercantis junto à principal porta de entrada da cidade, nas Praças de Mercado onde a implantação das mesmas não obedecia a nenhum traçado regulador e cada praça possuía um caráter distintivo, ou a partir do alargamento lateral das principais vias de tráfego concentrando o comércio de forma linear. [Este comércio estava] baseado fundamentalmente na distribuição de gêneros alimentícios ou utilitários, como a lã. (ROMANO, 2004, p. 25).

Segundo Lefèbvre⁷ (2001) apud Filgueiras (2006, p. 27), “[...] é na cidade medieval que [...], a praça do mercado adquire – urbanisticamente – a face de marco indiscutível da centralidade urbana, integrando mercadores e mercadorias e instalando-os no centro da urbe”.

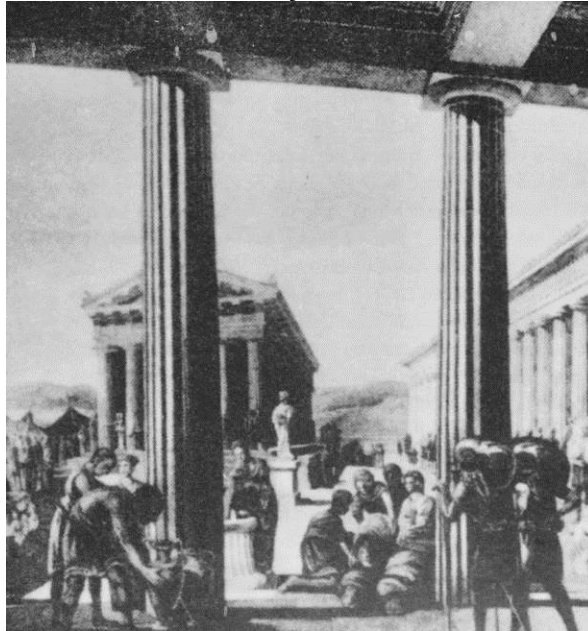
[...] a praça do mercado não pode ser definida como um edifício, é antes um espaço livre intra-urbano onde atividades comerciais ocorrem de forma temporária. Chama-se de Feira a esta forma de comércio itinerante, e por muito tempo este foi o modo prioritário de abastecimento das cidades ocidentais. (SILVA, 2015, p. 1).

A Praça de Nuremberg na Alemanha, ilustra “um exemplo de praça de mercado no século XVII, cuja função é bem definida – espaço destinado ao serviço,

⁷ LEFÈBVRE, Henri. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

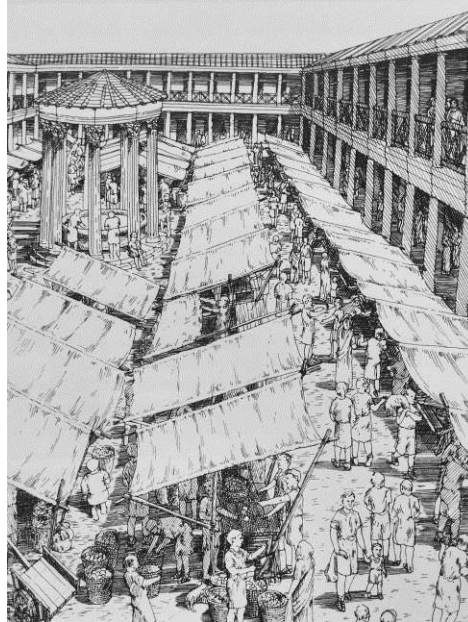
comércio, à troca e venda de mercadorias" (FIGURA 6). (SILVA PINTO, 2003, p. 42).

FIGURA 4 - STOA E PRAÇA DO MERCADO GREGO.



Fonte: VARGAS, 2001, p. 118.

FIGURA 5 - MERCADO PÚBLICO NO IMPÉRIO ROMANO.



Fonte: VARGAS (2001, p.129).

FIGURA 6 - PRAÇA DO MERCADO DE NUREMBERG, ALEMANHA, SEM DATA. ESPAÇO ABERTO DELIMITADO PELOS EDIFÍCIOS QUE CONTORNAM A PRAÇA.



Fonte: BENEVOLO (2007, p. 232).

Ao longo do tempo, verificou-se o crescimento da oferta de produtos nos mercados, devido ao incremento na circulação de mercadorias. Por volta do século XVI, os mercados passaram a ter locais fixos, possibilitando o armazenamento de produtos. (PINTAUDI, 2006, p. 88). Na Itália, destacam-se dois tipos de mercados: os *Fondacos* venezianos e os *Filarettes* florentinos.

Os *Fondacos* eram estruturas com funções de armazenagem, centro atacadista e hospedagem, formados “por uma edificação de três andares com arcadas circundando um pátio interno aberto” (FIGURA 7). (OLIVEIRA JUNIOR, 2006, p. 29).

Já os *Filarettes* “[...] eram complexos de comércio onde coexistiam mercados de carne, peixe, grãos, vinhos, casas de câmbio, tabernas banhos públicos e prostíbulos”. (ROMANO, 2004, p. 27). Os *Filarettes*, conforme planta esquemática⁸ ao lado, eram compostos por vários edifícios que conformavam a praça do mercado, enquanto que os *Fondacos* eram apenas um edifício com pátio interno onde acontecia o mercado.

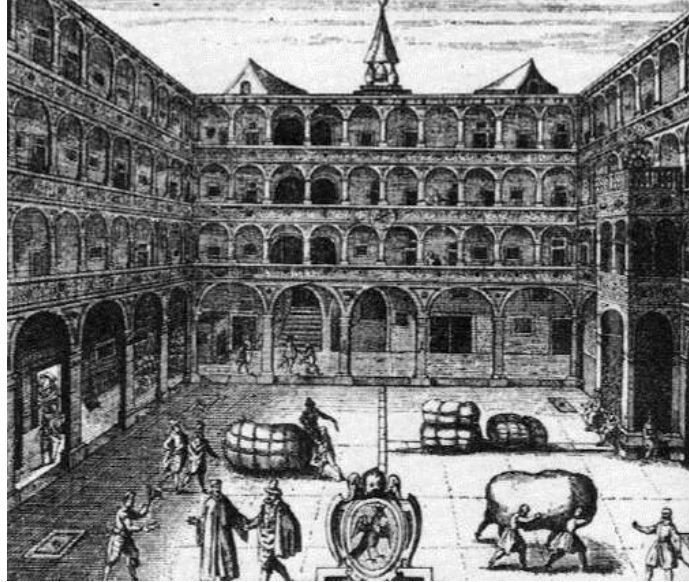


[...] o mercado fechado conhecido por *filarete* [...] consistia num conjunto de galerias cercado um espaço retangular, ao centro, que abrigava barracas e bancas. Após estas galerias, encontrava-se o mercado

⁸ Planta esquemática dos *Filarettes*. Fonte: ROMANO, 2004, p. 59.

propriamente dito, que era contornado por uma calha destinada à coleta dos resíduos produzidos no local. (OLIVEIRA JUNIOR, 2006, p.30).

FIGURA 7 – FONDACO DEI TEDESCHI, VENEZA, 1505.



Fonte: VARGAS (2001, p. 152).

A partir do século XVIII, a estreita relação entre as precárias condições sanitárias das cidades e a propagação de doenças chama a atenção dos médicos e dos governantes. Nesse cenário, surge o movimento higienista pautado na teoria miasmática que

[...] admitia de certa forma que as diversas substâncias em decomposição, mesmo que presentes em pequenas quantidades no ar atmosférico de um determinado ambiente, seriam capazes de provocar no organismo das pessoas uma série de modificações patológicas pelo contato direto destas pessoas com o meio ambiente contaminado. A esta teoria, se atribuía ao “veneno” presente no ambiente a causa das doenças e epidemias. (MURILHA, 2001, p. 36).

Baseados nessa concepção os poderes públicos reformularam e constituíram novos princípios de combate as epidemias. Uma grande atenção foi dispensada à higiene dos edifícios e espaços públicos. Os mercados e matadouros eram exemplos de locais de acúmulo e amontoamento de material em decomposição que poderiam provocar doenças na população. (MURILHA, 2001, p. 37).

[...] no século XIX, o aumento da população e da produção, decorrente da Revolução Industrial, fez aparecer no Ocidente problemas referentes à estocagem e distribuição de produtos, o que veio a atingir diretamente a estrutura e as condições de funcionamento dos Mercados já instituídos,

principalmente no que se refere à higiene e segurança daqueles equipamentos públicos. (ROMANO, 2004, p. 03).

Nos países europeus foram criados órgãos com a função de fiscalizar as condições sanitárias, implantar sistema de esgoto e água potável, implantar coleta de lixo, pavimentar ruas e vielas e controlar espaços como mercados e matadouros públicos. (MURILHA, 2011, p. 67).

Nesse contexto, os mercados e matadouros públicos passaram a ter leis que regulamentavam suas instalações físicas e as atividades ali desenvolvidas. No caso dos mercados, o objetivo era garantir que os alimentos fossem armazenados e comercializados de maneira correta, evitando que estragassem e, conseqüentemente, pudessem propagar doenças.

Com as atividades concentradas em um único espaço foi possível setorizar, organizar, controlar, tributar e fiscalizar as trocas de mercadorias efetuadas no mercado. (PINTAUDI, 2006. p. 86 e 87).

Em 1855, o prefeito Haussmann constrói, em Paris, o mercado *Les Halles Centrales*. (PINTAUDI, 2006, p. 91). Trata-se de um edifício de grande porte que exemplifica uma tendência disseminada em toda a Europa (FIGURA 8).

O projeto de Victor Baltard, para *Les Halles Centrales*, iniciado em 1851, consistia em catorze pavilhões conectados por túneis abobadados, cada um dedicado à apresentação de um tipo de produto (planta esquemática⁹ ao lado). (VARGAS, 2001, p. 165).



FIGURA 8 - VISTA AÉREA LES HALLES CENTRALES, PARIS, EM 1863.



Fonte: <http://paris1900.lartnouveau.com/cartes_postales_anciennes/les_halles_de_paris.htm>
Acesso em: 08 maio 2016.

SILVA (2015, p. 2) afirma que, entre 1820 e 1850, foram construídos cerca de 60 mercados públicos em toda Europa e na Grã-Bretanha. Muitos desses

⁹ Planta esquemática do *Les Halles*. Fonte: ROMANO, 2004, p. 59.

exemplares utilizaram o ferro na estrutura, como por exemplo, os de Barcelona e Madri (FIGURA 9).

FIGURA 9 - MERCADO DE SÃO MIGUEL, EM 2013. INSTALADO AO AR LIVRE EM 1835. SOMENTE EM 1915 TEVE SEU EDIFÍCIO CONSTRUÍDO PELO ARQUITETO ALFONSO DUBÉ Y DíEZ.



Fonte: TOWERS, 2013.

No Brasil, desde o período colonial, as feiras aconteciam em praças e ruas das cidades. No ano de 1834, o arquiteto Grandjean de Montigny projetou o edifício do Mercado da Candelária, no Rio de Janeiro. (OLIVEIRA JUNIOR, p. 34 e 35).

[...] caracterizado por dois pavimentos de planta retangular com arcadas voltadas para um pátio central [...]. Em termos operacionais, este mercado era dividido em três partes: o centro, destinado às vendas de verduras, aves, etc; o lado do mar, para venda de pescado fresco e os lados que faceavam a Rua do Mercado e o Largo do Paço destinados às vendas de cereais, legumes, entre outras mercadorias [...]. Na década de 1870, o mercado foi ampliado ganhando novos pavilhões, não alterando, todavia, a tipologia inicial. (MURILHA, 2011, p. 100).

FIGURA 10 - MERCADO DA CANDELÁRIA, RIO DE JANEIRO.



Fonte: COSTA, 2006.

Posteriormente, foram edificados mais três mercados na capital carioca: o Mercado da Praça da Harmonia (1856), o Mercado da Glória (1958) e o Mercado

Municipal (1907), o maior deles e totalmente construído em ferro. Nenhum desses exemplares sobreviveu ao século XXI, restou apenas o torreão do Mercado Municipal. (ROMANO, 2004, p. 30).

A partir da metade do século XIX, iniciou-se no país a construção de edifícios de estrutura pré-fabricada em aço e importada da Europa, como, por exemplo, o Mercado de São José no Recife, concluído em 1875, e o Mercado de Peixe em Belém, inaugurado em 1901.

O início do século XX foi marcado pela industrialização e o crescimento demográfico. O surgimento de novas técnicas de conservação e armazenamento de alimentos em embalagens de vidro e latas possibilitaram padronizar e aumentar a produção de alimentos. (VARGAS, 2001, p. 238). Os sistemas de autosserviço e os supermercados, por exemplo, surgiram nesse período e se consolidaram no sistema varejista. Paulatinamente, os supermercados assumiram o controle sobre a distribuição e abastecimento dos alimentos nas cidades. (OLIVEIRA JUNIOR, 2006, p. 41).

Neste período, os mercados públicos apresentaram declínio tanto em relação ao seu uso quanto a construção de novos exemplares, tendo como uma das razões a concorrência com as novas formas de comércio. (SILVA, 2015, p. 03)

Contudo, nas últimas décadas do século XX, é possível perceber uma revalorização de seu papel urbano. (SILVA, 2015, p. 9). A requalificação dos Mercados Públicos envolve tanto os edifícios como o seu entorno, a fim de resgatar sua importância na distribuição e abastecimento de alimentos e recuperar seu papel social.

O discurso atual sobre os mercados gira, principalmente, em torno de três temáticas: (i) sua regulamentação, via leis orgânicas e planos diretores, para o estabelecimento de diretrizes e normas técnicas de funcionamento; (ii) a promoção e o discurso turístico sobre os mercados, em sua maioria discursos que enfatizam seu caráter histórico e cultural e, assim, convidam o destinatário (da mensagem) a visitá-los; e (iii) temas relativos à gastronomia e aos regionalismos. Este último relaciona-se e, de certo modo, confunde-se com os dois primeiros, na medida em que abarca tanto a retórica turística quanto questões relativas à segurança alimentar e à vigilância sanitária. (FILGUEIRAS, 2006, p. 45 e 46).

Como exemplo de revalorização, podem ser citadas as ações da cidade de Barcelona que privilegiam o comércio tradicional ou de proximidade. Em 1986, foi lançado o *Plan Especial de Equipamiento Comercial Alimentario de la Ciudad de*

Barcelona, que “visava renovar a rede existente de mercados, como polaridades fundamentais do comércio de proximidade, a principal ferramenta de intervenção.” O município criou, em 1991, o Instituto Municipal de Mercados Públicos com o objetivo de administrar, gerir e modernizar estes estabelecimentos tratando-os como marcos importantes e sociais da cidade estabelecendo várias centralidades de abastecimento nos bairros não comprometendo a circulação local. (SILVA, 2015, p.3 e 4).

Recentemente, os municípios brasileiros iniciaram uma requalificação dos seus Mercados Públicos, a fim de revalorizarem o entorno e conseqüentemente, apropriar-se do local. O Mercado Público de São Paulo foi revitalizado em 2004 e a intervenção contemplou, além da reforma do espaço, a ampliação da área destinada aos restaurantes, tornando-o um polo gastronômico e turístico do município.

Apesar da concorrência com as novas formas de varejo, os Mercados Públicos oferecem a experiência de negócio mais pessoal, além de ser um ponto de encontro para trocas de experiências, e concentram a cultura do lugar, tornando cada edifício único.

3.1 TIPOLOGIAS DOS MERCADOS PÚBLICOS

O *tipo* é a concepção de todo arquitetônico que se apresenta através da combinação harmônica dos seus elementos construtivos, como os pilares, as varandas, as escadas, os halls, as colunas, os pilares, os ornamentos, entre outros, estando estes elementos baseados em um programa e grau de semelhança em uma mesma escala. (DURAND apud TAVARES FILHO, 2005, p. 7).

Os arquitetos e urbanistas Douglas Murilha e Ivone Salgado (2011), baseados nos tratados de Durand, Cloquet e Argan, classificam as tipologias dos mercados públicos em três categorias: 1) Mercado Fechado com Pátio Interno Aberto, 2) Mercado Coberto em Estrutura de Ferro dotado de Lanternim e 3) Mercado Coberto dotado de Torreões Laterais, que serão descritos abaixo.

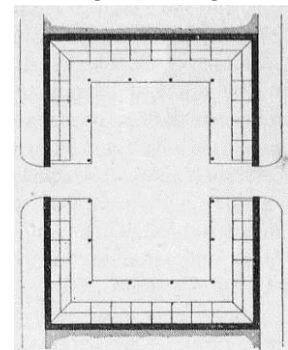
3.1.1 Mercado Fechado com Pátio Interno Aberto

Louis Cloquet, importante tratadista, apresenta essa tipologia em seu livro *Traité D'Architecture – Éléments de L'Architecture, Types d'édifices – esthétique, composition et pratique de l'architecture*, publicado em 1901.

[...] caracterizado pela presença de um edifício perimetral em alvenaria de tijolos definindo um vazio central coberto total ou parcialmente, através de cúpula ou circulações em cruz. A percepção clara da dupla espacialidade, está exatamente na independência entre as coberturas do vazio e a da edificação perimetral. (ROMANO, 2004, p. 61).

O Mercado da Candelária, construído em 1834 no Rio de Janeiro seguia essa tipologia e serviu de exemplo para construção de outros exemplares no Brasil. O Mercado da Carne em Belém, de 1867, o Mercado Público de Florianópolis, de 1851, e o Mercado Rio Grande, no Rio Grande do Sul, de 1864 (QUADRO 1), também fazem parte dessa classificação. (MURILHA, SALGADO, 2011).

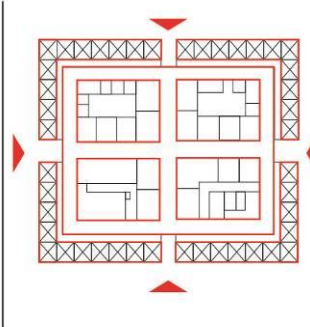
FIGURA 11 - MERCADO FECHADO COM PÁTIO INTERNO ABERTO.



Fonte: CLOQUET, 1922, p. 200.

QUADRO 1 - RESUMO COM O PADRÃO TIPOLÓGICO DO MERCADO RIO GRANDE/RS.

MERCADO RIO GRANDE / RS



- Construído em 1864
- Alvenaria portante
- Reformado em 1997
- Composto por edifício retangular, lojas com cobertura abobadadas, pátio central.
- 1959, reforma contemplou a cobertura da circulação em cruz.

Fonte: (ROMANO, 2004, p.65). Alterado pela autora.

3.1.2 Mercado Coberto em Estrutura de Ferro dotado de Lanternim

Com a Revolução Industrial e a aplicação do ferro nas edificações tornou-se possível a construção de edifícios com vãos maiores, permitindo assim o surgimento dessa tipologia. O *Les Halles*, em Paris, projetado por Victor Baltard, citado anteriormente, serviu de exemplo para construção de outros exemplares no Brasil e no resto do mundo. Aqui, os mercados com essa tipologia foram construídos principalmente durante a última década do século XIX e a primeira década do século XX, porém com a escala proporcional à dimensão e à necessidade do local de sua implantação (MURILHA, 2011, p. 212).

[...] caracteriza-se pela “planta única”, mesmo que dividida em diferentes naves. Esta “planta única” é coroada por uma mesma cobertura com lanternins, sistema de ventilação zenital. Tal padrão tipológico permite a utilização racional e total da edificação (FIGURA 12). (ROMANO, 2004, p. 66).

FIGURA 12 - MERCADO FECHADO COM PÁTIO INTERNO ABERTO.

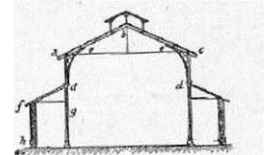
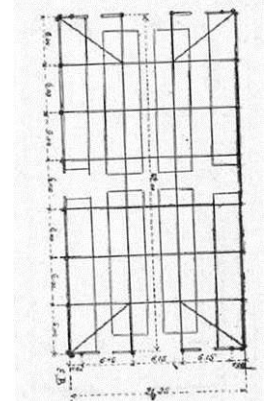


Fig. 188.
Type de marché couvert (2).

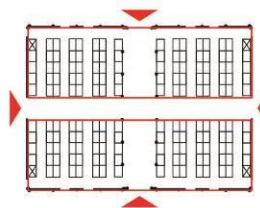


Fonte CLOQUET, 922, p. 201.

A produção em série, o barateamento do custo da produção e a diminuição do tempo durante a execução da obra constituem algumas das vantagens do uso do ferro na construção. (MURILHA, 2011, p. 216).

O Mercado Público de São José em Recife (QUADRO 2), construído em 1875, e os pavilhões do Mercado do Peixe em Belém, de 1901, são exemplos dessa tipologia.

QUADRO 2 - RESUMO COM O PADRÃO TIPOLOGICO DO MERCADO SÃO JOSÉ / RECIFE – PE. MERCADO SÃO JOSÉ / RECIFE- PE



- Inaugurado 1875. (Inspirado no Les Halles, além de ser o primeiro mercado construído em ferro no Brasil)
- Estrutura de ferro, vão central de 8m
- Planta retangular, pavilhonar, coberto, não há lojas na perifeira.

Fonte: (ROMANO, 2004, p. 70). Alterado pela autora.

3.1.3 Mercados Públicos Cobertos dotados de Torreões Laterais

[...] [utiliza o] sistema construtivo misto, ou seja, na execução destes edifícios foram utilizados alvenaria de tijolos de barro maciços e estrutura em ferro e madeira. A estrutura destes edifícios era composta por colunas de ferro, os fechamentos externos em alvenaria e a trama estrutural da cobertura era executada em tesouras de madeira. (MURILHA, SALGADO, 2011).

Os torreões eram executados nas laterais e mais altos que o volume principal do edifício. O Mercado Central de Berlim na Alemanha, construído em 1886, o Mercado Municipal do Rio de Janeiro, de 1903, e o Mercado Municipal de São Paulo, de 1933 (QUADRO 3), são exemplos que se enquadram nessa tipologia.

QUADRO 3 - RESUMO COM O PADRÃO TIPOLOGICO DO MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SP.

MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SP		
		<ul style="list-style-type: none"> - Inaugurado 1933. - Concreto armado e alvenaria de tijolos. - Planta retangular, dividido nove nave, conta com lanternin na cobertura; circulação em dois eixos principais, conta com três pavimentos e quatro torreões que marcam o acesso.

Fonte: (ROMANO, 2004, p. 68). Alterado pela autora.

Baseado nessa classificação o Mercado Municipal de Salinas (FIGURA 13), objeto de estudo neste trabalho, está inserido na tipologia dos Mercados Públicos Fechado com Pátio Aberto, composto por um edifício perimetral que abriga as lojas e o pátio central descoberto destinado as bancas. O primeiro é construído em alvenaria de tijolos e cobertura de telha metálica, o acesso se dá no centro de cada uma das quatro fachadas.

FIGURA 13 – VISTA AÉREA DO
MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS, 2010.

4 ANÁLISE DE CORRELATOS

A análise de correlatos tem por objetivo compreender as soluções arquitetônicas, o programa e a tendência atual em relação ao uso a partir de exemplos.

O presente estudo dará suporte para a definição das diretrizes do projeto arquitetônico descritas no Capítulo 6. Os critérios de escolha das obras apresentadas foram: a escala das edificações; as soluções empregadas; a relação entre o edifício existente e a edificação nova, assim como a relação deste com o entorno; e, finalmente, a inserção de novos usos. Os exemplares analisados tem em comum a revitalização, a reforma e a ampliação de Mercados Públicos.

O primeiro exemplar apresentado é o Mercado Central de Abastos localizado em Cádiz, na Espanha, e revitalizado em 2010; em seguida, o Mercado Público de Lages, em Santa Catarina, ainda em fase de detalhamento do projeto executivo; e, por fim, o Mercado Municipal de Curitiba, Paraná, revitalizado em 2012.

4.1 MERCADO CENTRAL DE ABASTOS (MERCADO CENTRAL DE CÁDIZ)

QUADRO 4 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS: INFORMAÇÕES GERAIS.

MERCADO CENTRAL DE ABASTOS: INFORMAÇÕES GERAIS.	
Localização:	<i>Plaza de La Libertad, Cádiz, Espanha.</i>
Autoria:	<i>Riaño + Arquitectos</i>
Ano do Projeto:	2000
Área construída:	6.636 m ²
Ano de conclusão:	2010

Fonte: Elaborado pela autora.

FIGURA 14 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS: LOCALIZAÇÃO.



Fonte: ARCHDAILY, 2014. Alterado pela autora.

FIGURA 15 - MERCADO CENTRAL DE ABASTO, APÓS INTERVENÇÃO DE 2010, E A PLAZA DE LA LIBERTAD. SEM DATA.



Fonte: LAVOZ DIGITAL, 2010.

Cádiz está localizada em uma península, na região de *Andalucía*, ao sul da Espanha e possui clima mediterrâneo com temperaturas médias anuais oscilando entre 7°C e 33°C (FIGURA 14). É uma das cidades mais antigas do país e possui, aproximadamente, 120 mil habitantes. (*City Population*, 2015).

A requalificação e ampliação do Mercado Central de Abastos é fruto de um concurso promovido pelo governo espanhol do qual participaram dez arquitetos. (CONCURSOS DE PROJETO, 2014).

Segundo o arquiteto Carlos de Riaño Lozano, em publicação no *Archdaily* Brasil (2014), o Mercado Central de Abastos foi um dos primeiros a serem construídos na Espanha com o objetivo de centralizar e regulamentar a venda de alimentos. O conjunto arquitetônico existente era composto por uma edificação perimetral, de orientação neoclássica, construída em 1838 por Juan Daura (FIGURA 16), e outra central, concebida por Juan Talavera em 1929, formada por tendas. A intervenção manteve o edifício mais antigo, demoliu o da década de 1920 e propôs a construção de um novo (FIGURA 17).

Foram estabelecidas algumas premissas básicas no projeto: o edifício antigo deveria respirar e ser contemplado em sua totalidade; o novo deveria ser aberto, permeável e transparente, e com capacidade semelhante à parte demolida. O novo interior, bem iluminado e ventilado, permitiu perspectivas abertas e a percepção da colunata circundante, de arcos e acessos. (ARCHDAILY, 2014).

FIGURA 16 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS/ SEM DATA. BLOCO CONCEBIDO POR JUAN DAURA EM 1838.



Fonte: BLOG MEMORIA DE CÁDIZ, 2008.

FIGURA 17 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS / SEM DATA. EDIFÍCIO EXISTENTE EM AZUL E NOVA EDIFICAÇÃO EM VERMELHO.



Fonte: LAVOZ DIGITAL, 2010. Alterado pela autora.

As ruas em torno do mercado são estreitas, resultando em um edifício enclausurado e impedindo que a intervenção extrapole o terreno, conforme implantação da FIGURA 17 e vista da FIGURA 22. A solução adotada pelo arquiteto consiste em inserir no pátio central do conjunto um prisma retangular com uma marquise, que forma uma varanda e mantém o diálogo entre a nova e a antiga

arquitetura a partir da continuidade espacial e pelo gabarito similar ao edifício existente, conforme FIGURA 18.

FIGURA 18 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS: VISTA DO PÁTIO INTERNO DO MERCADO CENTRAL DE ABASTOS. CONCEITO DE UNIDADE DADO PELO ESPELHAMENTO DA GALERIA E CRIAÇÃO DA VARANDA.



Fonte: DRESLER, 2010. Alterado pela autora.

O programa de necessidades é composto pela ampliação da área de comércio de alimentos, a criação de um espaço de convivência, um setor administrativo e um café (QUADRO 5). Este programa está distribuído da seguinte maneira: o setor de produtos (boxes), espaço de convivência e instalações sanitárias situam-se no pavimento térreo (FIGURA 24, FIGURA 25, FIGURA 26, FIGURA 27); o setor administrativo e o café localizam-se no mezanino.

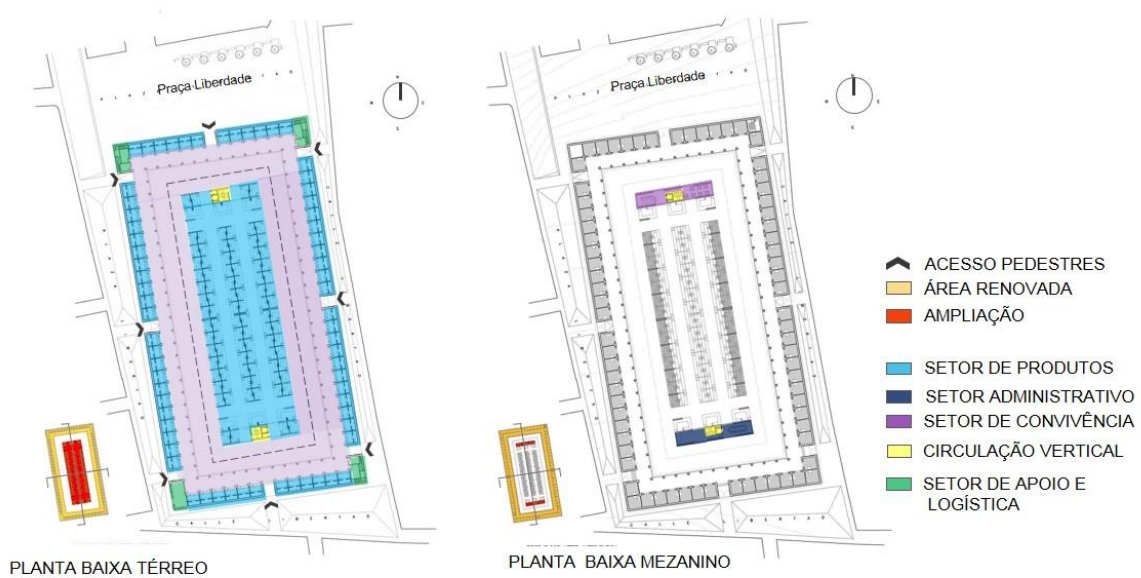
O edifício antigo passou por uma restauração e remodelação para abrigar as lojas e na nova edificação foram inseridos boxes, tanto voltados para o pátio central como para seu interior; nas extremidades ocorre a circulação vertical, conforme FIGURA 19, FIGURA 20 e FIGURA 21.

QUADRO 5 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS:
SETORIZAÇÃO/PROGRAMA DE NECESSIDADES.

Setorização / Programa de Necessidades	
Setor de Produtos	Frutas, verduras, hortaliças, carnes, peixes, cereais, floricultura, bares e restaurantes.
Setor Administrativo	Sala da Gerência e Sala de Reunião.
Espaço de Convivência	Área aberta para circulação e permanência.
Setor de Apoio e Logística	Depósitos, almoxarifado e área de apoio (lixo, GLP) e Instalações Sanitárias.

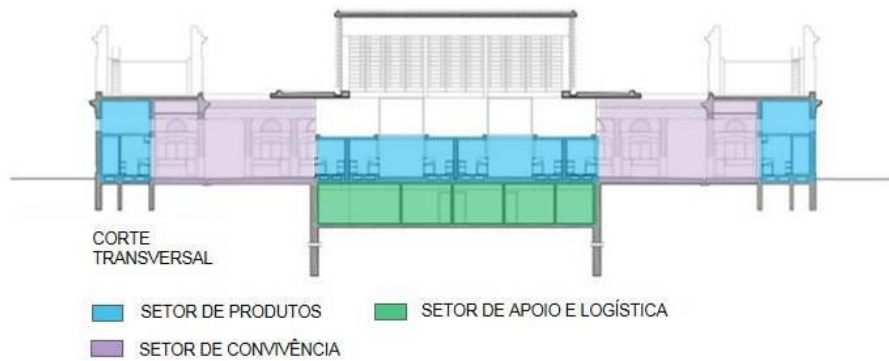
Fonte: AUTORA, 2016.

FIGURA 19 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS:
PLANTAS BAIXAS COM SETORIZAÇÃO/SEM ESCALA.



Fonte: ARCHDAILY, 2014. Alterado pela autora.

FIGURA 20 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS:
CORTE TRANSVERSAL COM SETORIZAÇÃO/SEM ESCALA.



Fonte: ARCHDAILY, 2014. Alterado pela autora.

FIGURA 21 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS:
CORTE LONGITUDINAL COM SETORIZAÇÃO/SEM ESCALA.



Fonte: ARCHDAILY, 2014. Alterado pela autora.

FIGURA 22 – MERCADO
CENTRAL DE ABASTOS:
ENTORNO E ACESSO LATERAL.



Fonte:
<http://cinecadiz.tumblr.com/page/2>.
Acesso em: 18 junho 2016.

FIGURA 23 – MERCADO
CENTRAL DE ABASTOS:
ACESSO, CLARA PERCEÇÃO
DO PÁTIO ABERTO.



Fonte: TRIPADVISOR, 2015.

FIGURA 24 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS: VISTA DA GALERIA PARA O INTERIOR DO PÁTIO.



Fonte: ARCHDAILY, 2014.

FIGURA 25 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS: VISTA DO PÁTIO, ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA.



Fonte: PREFEITURA DE CADIZ, sem data.

FIGURA 26 - MERCADO CENTRAL DE ABASTOS: VISTA INTERNA DO BLOCO NOVO, AMBIENTE BEM ILUMINADO PELAS ABERTURAS SUPERIORES.



Fonte: ARCHDAILY, 2014.

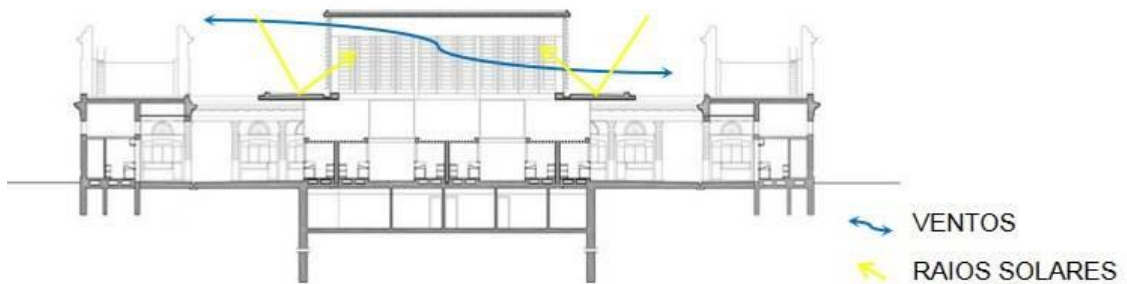
FIGURA 27 - VISTA INTERNA DO NOVO EDIFÍCIO.



Fonte: ARCHDAILY, 2014.

Uma estrutura posicionada acima da marquise tem a função de viabilizar de forma natural a iluminação indireta e a ventilação cruzada do novo edifício, evitando o aquecimento do ambiente interno (FIGURA 28). O fechamento é feito por lâminas de vidro serigrafado, fixadas a 45° e moduladas a cada 180cm que se apoiam em uma subestrutura de aço inoxidável (FIGURA 29). (ARCHDAILY, 2014). Esta solução ameniza, de forma sustentável, o calor da região mediterrânea de Cádiz e pode ser utilizada em Salinas, que também sofre com as altas temperaturas do clima semiárido.

FIGURA 28 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS: ESQUEMA DA SOLUÇÃO DE CONFORTO TÉRMICO.



Fonte: ARCHDAILY, 2014. Alterado pela autora.

FIGURA 29 – MERCADO CENTRAL DE ABASTOS: DETALHE DAS ABERTURAS SUPERIORES.



Fonte: ARCHDAILY, 2014

Na Praça da Liberdade, em frente ao mercado, foram inseridos quiosques externos permitindo que o uso do mercado extrapole os limites do terreno (FIGURA 15).

O arquiteto adotou uma postura respeitosa em relação ao edifício antigo: o novo bloco apresenta uma marquise que dialoga com a galeria da edificação perimetral; assim como mantém o gabarito existente, proporcionando uma continuidade espacial e formando uma grande área de permanência (setor de convivência).

O sistema estrutural adotado constitui em uma solução simples e não requer mão de obra qualificada, tornando uma solução viável para o mercado da cidade mineira.

A setorização e locação das funções principais no térreo facilitam a utilização por parte do usuário. A remodelação dos boxes, assim como a inserção de

núcleos com infraestrutura elétrica e hidráulica em cada um, conferem flexibilidade, permitindo a venda de qualquer produto.

O Mercado Central de Abastos se enquadra na tipologia de mercado fechado com pátio central aberto, característica semelhante ao Mercado Municipal de Salinas.

4.2 MERCADO PÚBLICO DE LAGES

QUADRO 6 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES: INFORMAÇÕES GERAIS.

MERCADO PÚBLICO DE LAGES: INFORMAÇÕES GERAIS.	
Localização:	Rua Manoel da Silva Ramos, Lages, Santa Catarina.
Autoria:	Escritórios Zulian Broering e Zanata Figueiredo
Ano do Projeto:	2004
Área construída:	3.693,69 m ²
Ano de conclusão:	Em fase de detalhamento do projeto executivo.

Fonte: Elaborado pela autora.

FIGURA 30 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES: IMPLANTAÇÃO ACIMA BLOCO NOVO E ABAIXO EDIFÍCIO EXISTENTE.



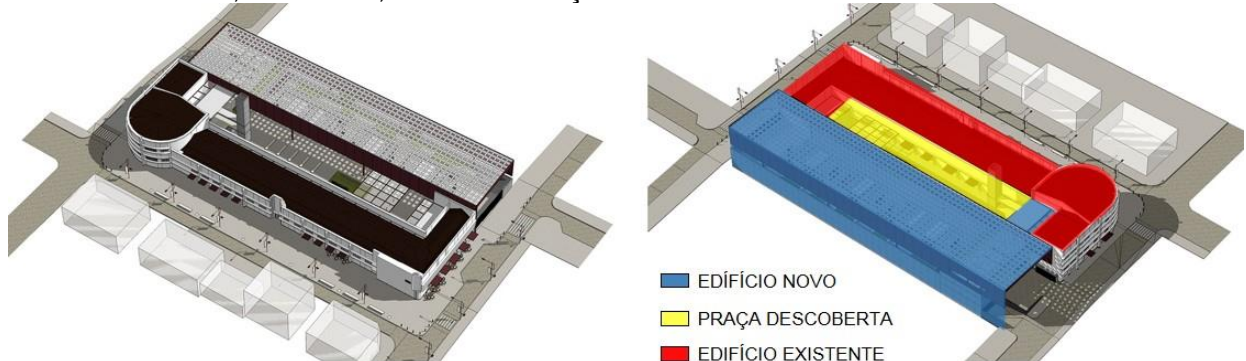
Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014.

FIGURA 31 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES: À ESQUERDA, O EDIFÍCIO EXISTENTE E, À DIREITA, O NOVO BLOCO. 2014.



Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014.

FIGURA 32 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES: PERSPECTIVAS ISOMÉTRICAS. À ESQUERDA, ENFOQUE NA PRAÇA FRONTAL AO MERCADO E, À DIREITA, A IDENTIFICAÇÃO DO BLOCO NOVO E DO ANTIGO.



Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014. Alterado pela autora.

Lages é o maior município de Santa Catarina, Brasil. Localiza-se no centro-sul do estado e possui, aproximadamente, 156 mil habitantes. O clima é subtropical, com temperaturas amenas. (IBGE, 2010)

Por meio de Concurso Nacional, ocorrido em 2014 e promovido pelo IAB-SC (Instituto dos Arquitetos do Brasil – Santa Catarina), foi selecionado o projeto para requalificação do Mercado Público de Lages desenvolvido pelos escritórios Zulian Broering e Zanata Figueiredo

Conforme memorial descritivo do projeto, o partido adotado manterá o edifício *art-déco* existente e, paralelamente a este, implantará um novo bloco de mesmo gabarito. A proposta definiu uma área livre descoberta entre as duas edificações integrando-as (FIGURA 31, FIGURA 32). (BROERING, FIGUEIREDO, 2014).

A nova edificação apresenta-se essencialmente por uma base em concreto aparente transversal ao antigo mercado articulando os espaços e as peças do conjunto e organizando o setor de serviços do projeto, com docas, entradas e saídas de alimentos, estacionamentos, circulações verticais, instalações sanitárias e boxes de frios. Os boxes “leves” com atividades similares às feiras de praças compõem a porção externa abrigada por uma estrutura metálica leve e econômica composta por duas treliças laterais vedadas por chapa em aço na mesma cor bordô identificadora da intervenção e por uma cobertura matricial de vigas-calha tipo “V” sob um céu de domos de vidro branco. Compondo o plano de fundo dessa praça, recantos e uma extensa parede verde desenham esse espaço até o seu principal acesso. O setor abrigado conecta-se ao prédio histórico através de um caminho protegido por uma leve cobertura em estrutura de aço e vidro branco. (BROERING, FIGUEIREDO, 2014).

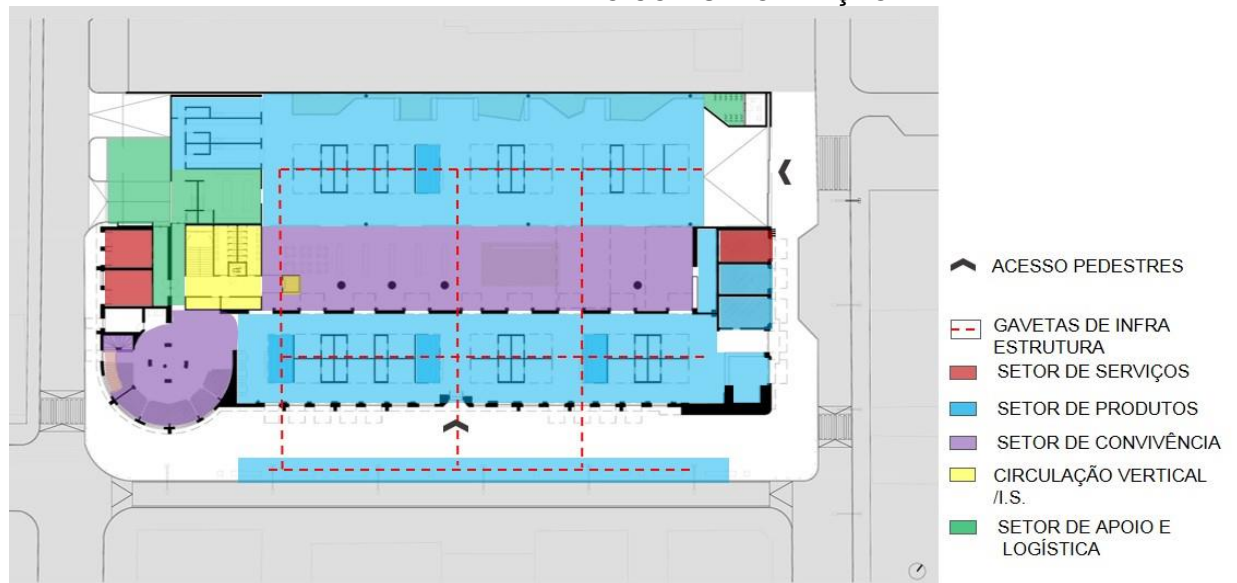
O programa definiu seis setores: produtos, administrativo, convivência, apoio e logística, serviços e estacionamento, conforme QUADRO 7. A característica comercial do mercado foi mantida, porém novos usos serão introduzidos com o objetivo de revitalizá-lo: área destinada a exposições e apresentações culturais, auditório, espaço multiuso no pátio aberto e praça de alimentação (FIGURA 33, FIGURA 34 e FIGURA 35).

QUADRO 7 - MERCADO PÚBLICO DE LAGES:
SETORIZAÇÃO/PROGRAMA DE NECESSIDADES

Setorização / Programa de Necessidades	
Setor de Produtos	Boxes de bebidas, produtos locais, carnes, peixaria, artesanatos, floricultura, utilidades e espaço externo para feiras itinerantes.
Setor Administrativo	Sala da Administração, Sala Secretaria da Agricultura, Sala Reuniões, Sala de Segurança e Sanitários.
Setor de Convivência	Espaço para exposições e jogos, palco para eventos; praça de alimentação e auditório.
Setor de Apoio e Logística	Doca, depósitos, almoxarifado e área de apoio (lixo, GLP, área recebimento de mercadorias, instalações sanitárias.
Espaço de Serviços	Sapataria, lotéricas, selaria, barbearia, chaveiros
Setor de Estacionamento	Vagas para veículos, bicicletas, motocicletas, carga/descarga, controle estacionamento e vagas de táxi.

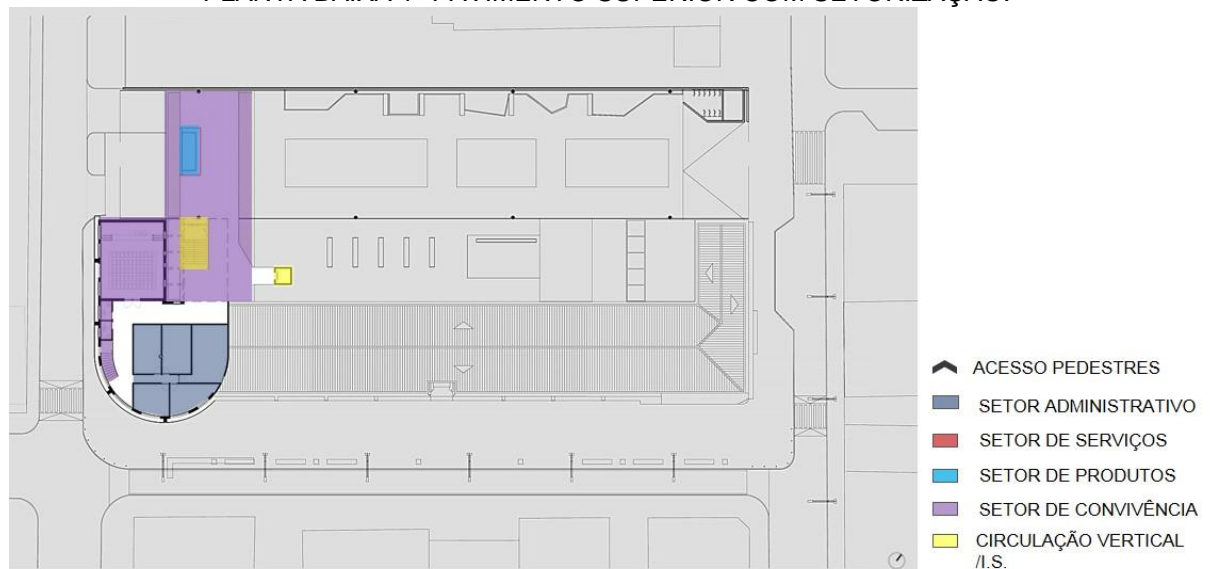
Fonte: AUTORA, 2016.

FIGURA 33 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES:
PLANTA BAIXA TÉRREO COM SETORIZAÇÃO.



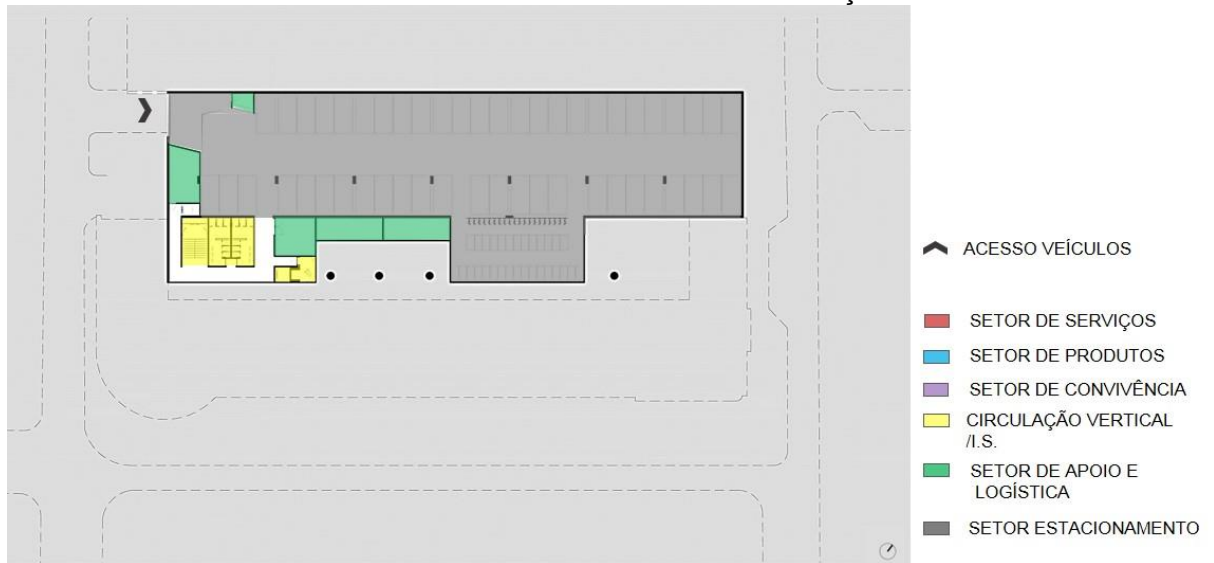
Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014. Alterado pela autora.

FIGURA 34 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES:
PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO SUPERIOR COM SETORIZAÇÃO.



Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014. Alterado pela autora.

FIGURA 35 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES:
PLANTA BAIXA SUBSOLO COM SETORIZAÇÃO.



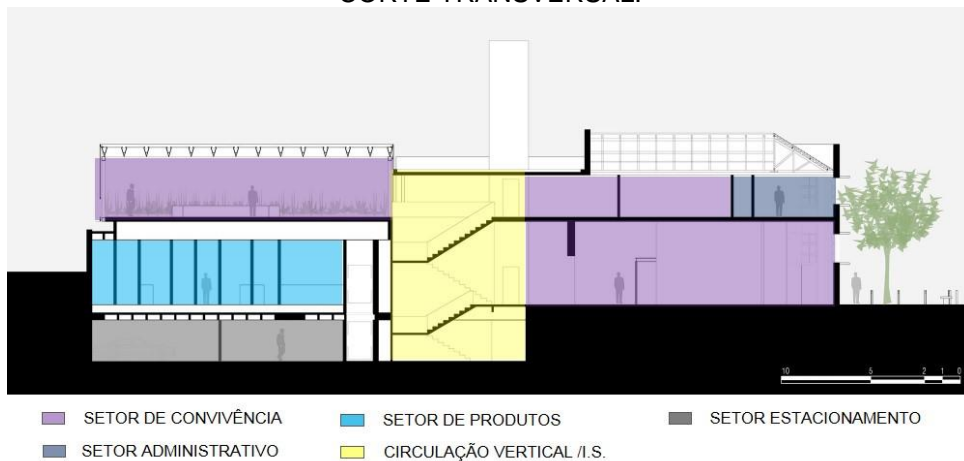
Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014. Alterado pela autora.

FIGURA 36 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES:
CORTE LONGITUDINAL.



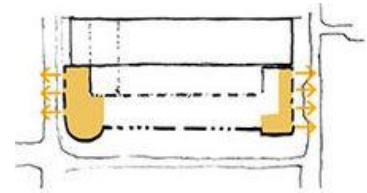
Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014. Alterado pela autora.

FIGURA 37 – MERCADO PÚBLICO DE LAGES:
CORTE TRANSVERSAL.



Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014. Alterado pela autora.

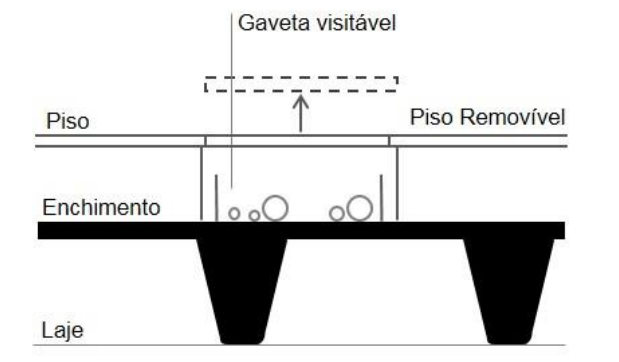
O espaço para exposições, o auditório, a administração do mercado e alguns boxes de serviços e comércio poderão ser utilizados independentemente do horário de funcionamento do mercado, o que contribui para a sua vitalidade, conforme diagrama¹⁰ ao lado, que destaca em laranja estas áreas.



O edifício *art-déco* será mantido praticamente intacto, apenas as esquadrias em estado crítico de conservação serão alteradas. As intervenções realizadas serão marcadas com cores e materiais contemporâneos, como o aço e vidro, para que fique claro ao usuário a distinção entre o antigo e o novo (FIGURA 39). (BROERING, FIGUEIREDO, 2014.)

O largo em frente manteve o calçamento histórico da rua, porém com nível elevado, privilegiando o pedestre e a permanência. Bancos e árvores serão implantados criando uma alameda arborizada e gavetas acessíveis serão instaladas no enchimento acima da laje do piso, conectando a infraestrutura dos *shafts* de instalações com os boxes e com o espaço de feiras itinerantes, criando durante esses eventos um espaço largo-mercado único e contínuo (FIGURA 38, FIGURA 40). (BROERING, FIGUEIREDO, 2014).

FIGURA 38 - MERCADO PÚBLICO DE LAGES:
ESQUEMA DE FUNCIONAMENTO DAS GAVETAS ACESSÍVEIS, COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EMBUTIDAS, PERMITE QUE FEIRAS ITINERANTES ACONTEÇAM.



Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014.

O sistema estrutural adotado no novo edifício é formado por duas treliças longitudinais ao bloco, vedadas por chapas de aço e por uma cobertura matricial de vigas-calha tipo “V”, “sob um céu de domos de vidro branco”, conforme Broering, Figueiredo, 2014 (FIGURA 42). No bloco que interliga os dois edifícios, a estrutura é em aço e coberta por vidro branco.

¹⁰ Diagrama esquemático da localização do programa. BROERING, FIGUEIREDO, 2014.

No edifício existente a cobertura foi revitalizada, telhas translúcidas foram colocadas junto às calhas perimetrais, possibilitando uma iluminação interna natural (FIGURA 41). (BROERING, FIGUEIREDO, 2014).

Como a cidade de Lages possui grandes amplitudes térmicas, foram adotadas no mercado estratégias de conforto passivas, como ventilação natural; e estratégias ativas, como a adoção de sistema de aquecimento de piso vinculado à tecnologia de reaproveitamento de água da chuva e placas solares. A remodelação espacial e a criação do pátio central viabilizam solucionar a ventilação cruzada e a iluminação. (BROERING, FIGUEIREDO, 2014).

FIGURA 39 – MERCADO PÚBLICO DE LAJES: FACHADA OESTE. RELAÇÃO DE GABARITO ENTRE OS EDIFÍCIOS, DIFERENÇA CLARA ENTRE O NOVO x VELHO



Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014.

FIGURA 40 – MERCADO PÚBLICO DE LAJES: DETALHE PARA AS PORTAS BASCULANTES ABERTAS, QUE FUNCIONAM COMO UMA MARQUISE.



Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014.

FIGURA 41 - MERCADO PÚBLICO DE LAJES: VISTA INTERNA DO EDIFÍCIO EXISTENTE, ACIMA A INSERÇÃO DE UMA NOVA COBERTURA E OS NOVOS BOXES ABAIXO.



Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014.

FIGURA 42 – MERCADO PÚBLICO DE LAJES: VISTA INTERNA DO PÁTIO À ESQUERDA E DOS BOXES DO NOVO BLOCO À DIREITA.



Fonte: BROERING, FIGUEIREDO, 2014.

Na requalificação do Mercado Público de Lages, os arquitetos inseriram um bloco paralelo ao edifício existente e mantiveram uma soltura do mesmo, criando um pátio aberto que dialoga com os dois edifícios (o existente e o novo), além de ser o

espaço de conexão entre eles. O contraste entre o edifício existente e o novo ocorre através deste bloco. A escolha da estrutura metálica permite um grande vão livre, onde serão locadas as atividades de comércio do mercado. A criação de um largo em frente ao mercado possibilita que as atividades comerciais extrapolem para o exterior integrando-o ao entorno.

4.3 MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA, 2012, IPPUC.

QUADRO 8 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA: INFORMAÇÕES GERAIS.

MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA: INFORMAÇÕES GERAIS.	
Localização:	Av. Sete de Setembro, 1865
Autoria:	IPPUC
Ano do Projeto:	2010
Área construída:	33.000 m ² , aproximadamente
Ano de conclusão:	2012

Fonte: Elaborado pela autora.

FIGURA 43 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA: IMPLANTAÇÃO.



Fonte: Google Earth, 2016.

FIGURA 44 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA: FACHADA DA AV. SETE DE SETEMBRO, À ESQUERDA, EDIFÍCIO CONSTRUÍDO EM 1958 E, À DIREITA, O NOVO BLOCO CONSTRUÍDO EM 2012.

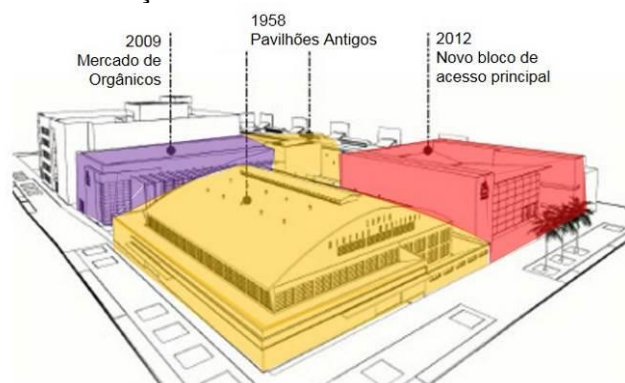


Fonte: MERCADO MUNICIPAL, SEM DATA.

Curitiba é a capital do estado do Paraná, possui, aproximadamente, 1,8 milhão de habitantes e apresenta um clima com grande amplitude térmica.

A capital paranaense inaugurou o edifício destinado à comercialização de alimentos em agosto de 1958. (FIGURA 44). (MOSTRA ÁLBUM DE RETRATO DO MERCADO, 2006). Após esse período, foram incorporados mais dois edifícios com os objetivos de ampliar e requalificar o espaço do Mercado, adequá-lo às novas leis sanitárias e inserir novos usos, conforme FIGURA 45. Atualmente, o Mercado conta com quase 200 comerciantes e o um público consumidor de 65 mil pessoas por semana, conforme Jerson Straube de Castro (2016), atual gerente do Mercado.

FIGURA 45 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA: ESQUEMA COM AS DATAS DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS.



Fonte: ANGELI, 2009. Alterado pela autora.

A primeira ampliação do conjunto arquitetônico ocorre em 2008 com a construção do Mercado Público de Orgânicos (FIGURA 52). Trata-se de um edifício

de dois pavimentos e 3.700 m² de área construída. O primeiro piso é formado por uma grande área aberta, com boxes para a venda dos produtos; o segundo abriga um anfiteatro para 170 pessoas, cozinha didática para que cursos sejam ministrados, sala de aulas, hall para exposição e a área administrativa.

Na revitalização em 2012, o foco principal foi a ampliação da praça de alimentação, demanda antiga do mercado, uma melhor integração com o Mercado Municipal de Orgânicos e a readequação às normas exigidas pela vigilância sanitária, conforme Célia Bim (2016), arquiteta do IPPUC, órgão responsável pelas intervenções. No térreo, há um grande hall multiuso, destinado a apresentações culturais e de produtos e, eventualmente, à realização de cursos; além de boxes de lojas, salas de apoio e instalações sanitárias. No piso superior há a praça de alimentação e os restaurantes (FIGURA 49, FIGURA 50).

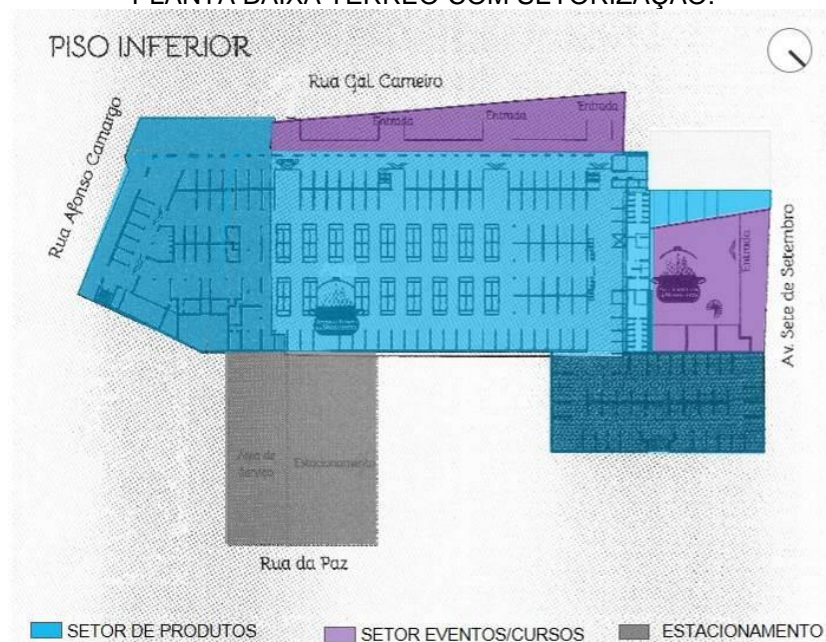
Nesta intervenção, os pavilhões antigos, tanto aquele voltado para a Av. Sete de Setembro, quanto o outro, situado na Av. Afonso Camargo esquina com a Rua General Carneiro, permaneceram com suas atividades tradicionais. No térreo, a parte central abriga as bancas destinadas à venda de frutas, verduras, hortaliças e bebidas; já os açougues e as peixarias permanecem nas laterais do edifício (FIGURA 51). No primeiro pavimento, a praça de alimentação também se manteve sem alterações significativas.

QUADRO 9 - MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA:
SETORIZAÇÃO E PROGRAMA DE NECESSIDADES

Setorização / Programa de Necessidades	
Setor de Produtos	Boxes de bebidas,, cereais, hortifrúti, produtos locais, carnes, peixaria, artesanatos, floricultura,
Setor Administrativo	Sala da Administração Sala Reuniões, Sala de Segurança e Sanitários..
Setor de Eventos/Cursos	Espaço para exposições e praça de alimentação e hall para apresentações.
Setor de Apoio e Logística	Doca, Depósitos, almoxarifado e área de apoio (lixo, GLP, área recebimento de mercadorias, instalações Sanitárias.
Setor Didático	Cozinha Didática e Salas de aula e anfiteatro.
Setor de Estacionamento	Vagas para veículos, bicicletas, motocicletas, carga/descarga, controle estacionamento e vagas de táxi.

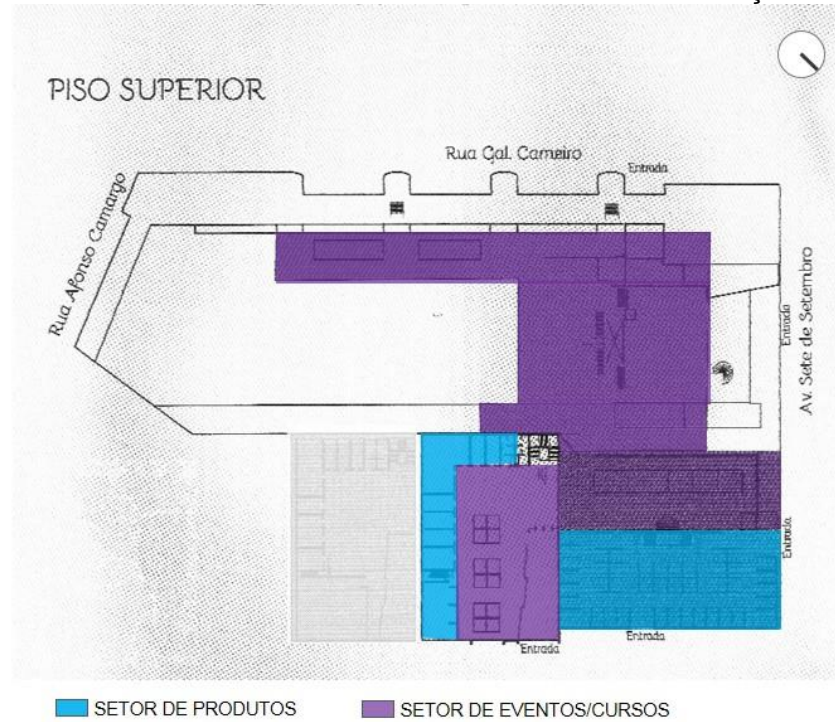
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

FIGURA 46 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA:
PLANTA BAIXA TÉRREO COM SETORIZAÇÃO.



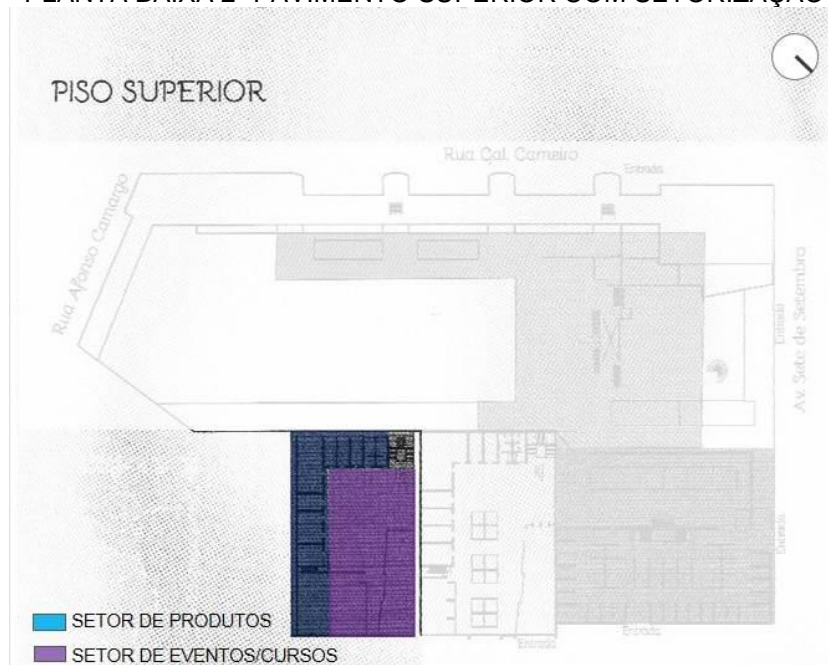
Fonte: MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA, 2016. Alterado pela autora.

FIGURA 47 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA:
PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO SUPERIOR COM SETORIZAÇÃO



Fonte: MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA, 2016. Alterado pela autora.

FIGURA 48 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA:
PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO SUPERIOR COM SETORIZAÇÃO



Fonte: MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA, 2016. Alterado pela autora.

FIGURA 49 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA: ÁTRIO DE ENTRADA PELA AV. SETE DE SETEMBRO.



Fonte: AUTORA, 2016.

FIGURA 50 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA: PAVIMENTO SUPERIOR COM A NOVA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO.



Fonte: AUTORA, 2016.

FIGURA 51 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA: BLOCO EXISTENTE VOLTADO PARA A AV. AFONSO CAMARGO. VISTA DAS BANCAS.



Fonte: AUTORA, 2016.

FIGURA 52 – MERCADO MUNICIPAL DE ORGÂNICOS - FACHADA PRINCIPAL.



Fonte: BLOG TURISMO CURITIBA, SEM DATA.

Em relação à área construída, o Mercado de Curitiba supera o de Salinas, porém contempla a incorporação de novos usos, tais como anfiteatro, salas de aula, cozinha didática, que serão inseridos no programa de necessidades do edifício mineiro.

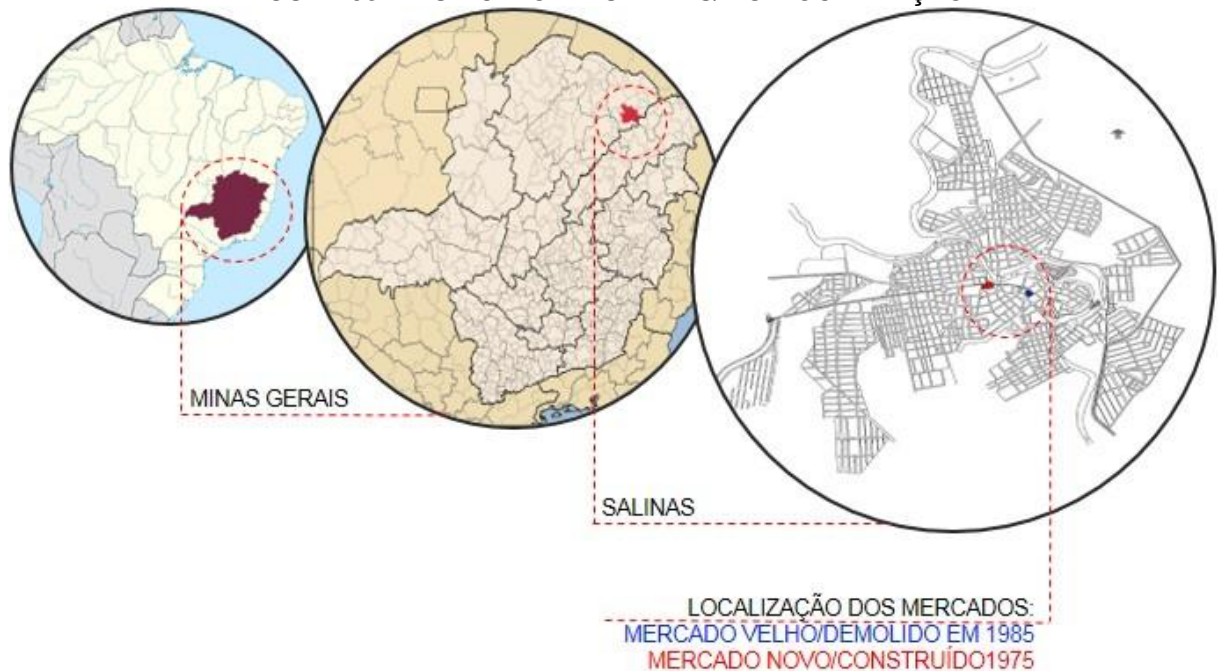
Em Curitiba, a praça de alimentação funciona como uma conexão dos blocos construídos em diferentes fases, solução que pode ser adotada também em Salinas. Mesmo com a presença deste elemento de ligação, a sensação de que

cada prédio é independente permanece no mercado curitibano, seja internamente pelo tratamento nos acabamentos ou externamente pelas diferentes volumetrias e linguagens formais. Ou seja, apesar de ser uma proposta interessante, a praça de alimentação de Curitiba, não desempenha plenamente a sua função.

O Mercado Municipal de Orgânicos conta com uma fachada envidraçada, aberturas zenitais que permitem o aproveitamento da iluminação e ventilação natural. O novo bloco da ampliação, localizado na Av. Sete de Setembro, também se apresenta fachada envidraçada que visa aproveitar a incidência solar, já que essa face está voltada para norte onde se tem a melhor insolação.

5 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

FIGURA 53 – MUNICÍPIO DE SALINAS/MG: LOCALIZAÇÃO



Fonte: WIKIPEDIA, 2016.

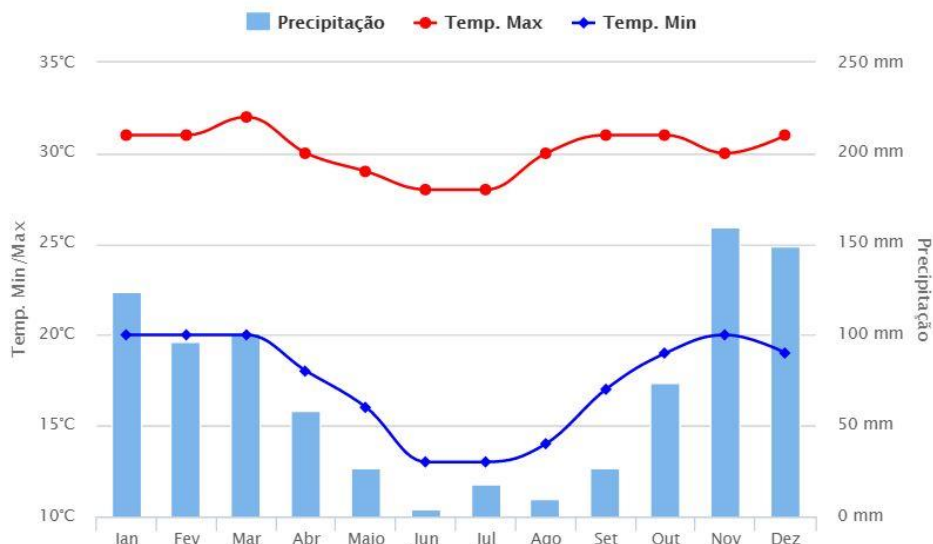
O surgimento do município de Salinas está ligado à expedição Espinoza-Navarro, que desbravou a região norte de Minas Gerais a fim de disseminar a fé e a autoridade da Coroa Portuguesa, no início do século XVI. Na ocasião, os bandeirantes encontraram sal-gema em um rio pouco caudaloso, um produto de grande valor na época. Devido a esta descoberta, a região recebeu inúmeros exploradores, o que resultou na formação de um povoado e o rio foi batizado de Salinas. (MAGALHÃES, et al. (no prelo).

Em 18 de dezembro de 1880 (Lei Provincial nº 2.725), a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais cria a vila de Santo Antônio de Salinas. Oito anos depois, por intermédio do Art.3º, da Lei Provincial nº 3.485, de 04 de outubro de 1887, a vila é transformada em cidade. Em 07 de setembro de 1923, através da Lei Estadual nº 843, o nome do município passa a ser Salinas. (MAGALHÃES, no prelo).

Atualmente, o município de Salinas possui pouco mais de 39 mil habitantes. (IBGE, 2010). A região apresenta clima semiárido, caracterizado pela aridez, imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e solo pobre em matéria orgânica. (ASA BRASIL 2016). (FIGURA 53).

O gráfico abaixo (GRÁFICO 1) mostra a série histórica climatológica anual, baseada em medições realizadas nos últimos 30 anos, sendo a temperatura média máxima de 32°C no mês de fevereiro e a temperatura média mínima de 13°C, em junho.

GRÁFICO 1 -SALINAS: CLIMATOLOGIA ANUAL, BASEADA EM MEDIÇÕES REALIZADA NOS ÚLTIMOS 30 ANOS



Fonte: CLIMATEMPO, 2016.

A caatinga, vegetação caracterizada pela presença de arbustos de pequeno porte, com galhos retorcidos e raízes profundas, é a mais frequente no território (com cerca de 40%) e o cerrado aparece em 22% da área do município e ocorre, principalmente, no topo das montanhas e morros. (MAGALHÃES, et al., p. 181).

Segundo o IBGE (2010), a economia salinense é baseada na pecuária, principalmente gado bovino; agricultura, com a produção de frutas tropicais, hortaliças, cana-de-açúcar para a produção de cachaça e produtos da silvicultura; comércio; e mineração, com a extração: 1) de pedras preciosas (turmalinas, cristais e rubelitas), 2) de areia, feldspato e caulín e 3) de argila, para a fabricação de telhas e tijolos (para a construção civil e o artesanato).

O município é conhecido por ser a "capital mundial da cachaça", sendo que sua produção de 3 milhões de litros/ano é exportada para outros estados brasileiros e também para o exterior. A grande importância desta atividade pode ser constatada no museu que conta a história da produção e comercialização da bebida. (MAGALHÃES, et.al., no prelo)

O Museu da Cachaça é projeto do escritório Jô Vasconcelos, localiza-se na região norte da cidade, local onde anteriormente funcionava o aeroporto da cidade, e possui uma área construída de 2.200 m². O terreno determinou um edifício longilíneo e impõe aos visitantes um percurso linear entre cheios e vazios que mostra história da cachaça e de seus produtores através de vídeos, fotografias e exposição das cachaças produzidas no município (FIGURA 54, FIGURA 55). (ARCHDAILY, 2014).

FIGURA 54 – MUSEU DA CACHAÇA, JÔ VASCONCELOS: FACHADA DO EDIFÍCIO, JOGO DOS VOLUMES.



Fonte: ARCHDAILY, 2014.

FIGURA 55 - MUSEU DA CACHAÇA, JÔ VASCONCELOS: SALA DAS CACHAÇAS ANTIGAS E ATUAIS.



Fonte: ARCHDAILY, 2014.

Como atrativos turísticos ainda se destaca a Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade; o Festival Mundial da Cachaça, o aniversário da cidade, a Igreja Matriz de Santo Antônio, as barragens, o Centro Cultural “João Costa” e também o Centro Comercial e Mercado de Abastecimento “Dr. Olinto Prediliano Santana”, conhecido como o Mercado Municipal de Salinas e objeto de estudo deste trabalho.

O Mercado Municipal de Salinas é considerado patrimônio cultural e turístico, pois além de centro de abastecimento ainda constitui um ponto de encontro entre todos os salinenses sem distinção de renda e etnia, além dos turistas. O espaço possibilita ao usuário conhecer a diversidade cultural do município, nele produtores rurais, artesãos, turistas e comerciantes fazem as negociações. Alguns ainda praticam a troca de produtos a fim de manter o seu sustento.

Conforme Magalhães, et al. (no prelo, p. 300) o município carece de políticas públicas que contemplem o turismo e eventos histórico-culturais e também as que contemplem a preservação do patrimônio cultural do município a fim de garantir e reconhecer a identidade cultural salinense. Com este entendimento, o autor propõe a valorização da cultura local, possibilitando o fomento ao turismo e,

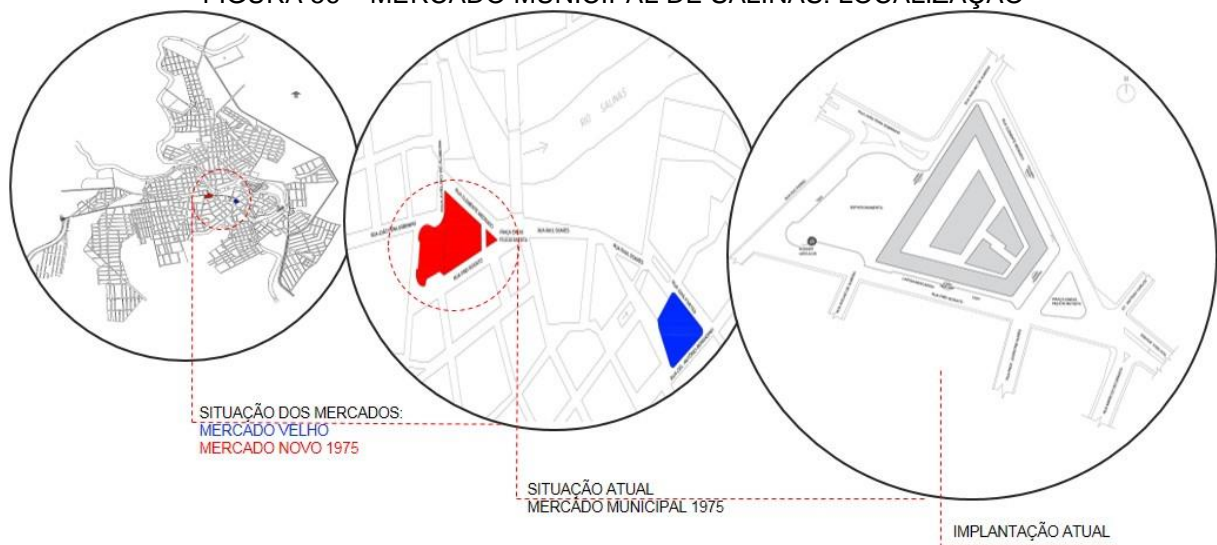
consequentemente, o aquecimento da economia do município e a geração de emprego e renda. As ações com tal direcionamento devem ter os seguintes objetivos:

- a) Valorizar o patrimônio cultural local;
- b) Fomentar a implantação e implementação de políticas públicas que contemplem o turismo de eventos histórico-culturais;
- c) promover e incentivar novos talentos e valorizar a arte como forma de entretenimento, educação, intercâmbio e lazer; e
- d) reconhecer a identidade cultural salinense. (MAGALHÃES, no prelo, p. 302)

A presente proposta de *retrofit* do Mercado Municipal de Salinas atende, portanto, à valorização da cultura local e fortalecimento da economia.

5.1 BREVE HISTÓRICO DO MERCADO MUNICIPAL E ANÁLISE DA REALIDADE

FIGURA 56 – MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS: LOCALIZAÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

No século XIX, as atividades comerciais ocorriam nas ruas de Salinas, em frente à Igreja Matriz. Em 23 de agosto de 1883, Bernadino de Sena César e sua esposa, Maria Amélia Caldeira César, doaram ao município um terreno, onde atualmente encontra-se a Praça Moisés Ladeia, para a construção do Mercado Municipal, com a condição de que o comércio pertencente à família ficasse localizado ao lado do futuro mercado (FIGURA 57). (MAGALHÃES, no prelo).

FIGURA 57 - MERCADO VELHO DE SALINAS: À DIREITA, O COMÉRCIO DE BERNADINO DE SENA CÉSAR (COM DOIS PAVIMENTOS) E, À ESQUERDA, O EDIFÍCIO DO MERCADO COM SUA ARCADA, EM 1943.



Fonte: ARQUIVO JOÃO COSTA.

Na década de 1970, o edifício do mercado público de Salinas encontra-se deteriorado, devido à salinação, e com sérios problemas na cobertura. (IEPHA-MG, 1983).

Em 1971, é aprovada a Lei Municipal nº 584 que autoriza a construção do novo mercado de abastecimento e centro comercial, nos terrenos da antiga Praça da Liberdade. A obra é executada pelos engenheiros-arquitetos Roberto Pinto Manata e J. Carlos Laender Castro.

O local escolhido estava inserido em uma área de várzea conhecida como o “campinho” e com pouca ocupação territorial no entorno consistindo em uma região de expansão da malha urbana. A proximidade com a ponte que liga as margens do rio facilitava o acesso e o abastecimento do Mercado (FIGURA 58).

FIGURA 58 - MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS: EM VERMELHO O TERRENO ONDE FOI CONSTRUÍDO O ATUAL EDIFÍCIO, À DIREITA O RIO SALINAS, POR VOLTA DE 1950.



Fonte: ACERVO JOÃO COSTA. Alterada pela autora.

Em 1975, o Mercado Municipal de Salinas foi inaugurado e o antigo foi desativado (FIGURA 59). O poder público municipal, em 1981, solicitou a demolição do “mercado velho”, porém a população, representada pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Salinas (IHGS) João Costa, se mobilizou para que o imóvel fosse preservado. Um relatório técnico sobre a importância do edifício foi elaborado, em 1983, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais IEPHA-MG e entregue à Câmara Municipal. Nele constava que a edificação tinha características arquitetônicas ecléticas e o seu estado de conservação estava precário com cobertura, alvenaria e fachadas deterioradas (JORNAL SALINAS, 1983, p. 5).

A Câmara Municipal aprovou um decreto nº 966, de 18 de fevereiro de 1981, que autorizou a desapropriação dos imóveis comerciais que compunham o conjunto e que em caso de qualquer construção na Praça do antigo Mercado, fosse preservado o patrimônio pré-existente. Contudo, em 1985, os edifícios foram demolidos pela administração municipal para a construção das Praças Coronel Moisés Ladeira e Dr. João Cardoso de Araújo, atualmente consideradas pontos turísticos da cidade. (JORNAL SALINAS, 1983, p. 5).

Em 2014, iniciou a obra de ampliação e reforma do edifício, o projeto foi desenvolvido pelos arquitetos e engenheiros da Prefeitura Municipal de Salinas. O projeto constitui na construção de um bloco de dois pavimentos com cobertura em estrutura metálica onde abrigará a praça de alimentação. Isso permitirá a liberação do térreo ampliando a área destinada as bancas, também foi realizada a cobertura de todo pátio central. Porém, para este trabalho será desconsiderado essa intervenção mais recente.

FIGURA 59 - MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS:
FACHADA PRINCIPAL DO EDIFÍCIO DO MERCADO.



Fonte: Autora, 2016.

QUADRO 10 – MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS/MG: INFORMAÇÕES GERAIS.

MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS: INFORMAÇÕES GERAIS.	
Localização:	Praça Enéas Felício Batista
Autoria:	Engenheiros Arquitetos Roberto Pinto Manata e J. Carlos Laender Castro
Ano do Projeto:	1971
Área do Terreno	10.412,59 m ²
Área Total Construída:	4.103,92 m ²
Ano de conclusão:	1975

Fonte: Elaborado pela autora.

O edifício do Mercado Municipal encontra-se atualmente na área central da cidade e em uma zona comercial, circundado pelos principais eixos de acesso ao município. Isso gera um grande conflito entre os fluxos de pedestres e veículos, principalmente nos dias de maior movimento, sexta-feira e sábado. O terreno é de

formato irregular e plano, terraplanado para receber o edifício, solo seco, conforme Machado (2014, p. 8)

Seu acesso principal está voltado para a Praça Enéas Felício Batista (FIGURA 59). Este espaço poderia ser integrado às atividades do mercado, com a instalação de boxes como no Mercado Central de Abastos.

O entorno é caracterizado por edificações de baixo gabarito, variando entre dois e, no máximo, quatro pavimentos, conforme FIGURA 60. As construções de uso misto, comercial e residencial prevalecem e possuem a maior altura. O uso comercial é predominante nos edifícios de um ou dois pavimentos (FIGURA 61). São lojas de calçados, de roupas, de eletrodomésticos e estabelecimentos de produtos alimentícios e bebidas, como mercearias e atacados, além de bares e restaurantes.

FIGURA 60 - RELAÇÃO ENTRE OS GABARITOS DO ENTORNO.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

FIGURA 61 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO: PREDOMÍNIO DO USO MISTO.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2011. Alterado pela autora, 2016.

FIGURA 62 – ENTORNO DO MERCADO MUNICIPAL, RUA RAUL SOARES, ENTORNO PREDOMINANTEMENTE DE USO MISTO.



Fonte: Autora, 2016.

FIGURA 63 – ENTORNO DO MERCADO MUNICIPAL, RUA CLEMENTE MEDRADO. DETALHE PARA A ALTURA DAS EDIFICAÇÕES DE NO MÁXIMO 4 PAVIMENTOS.

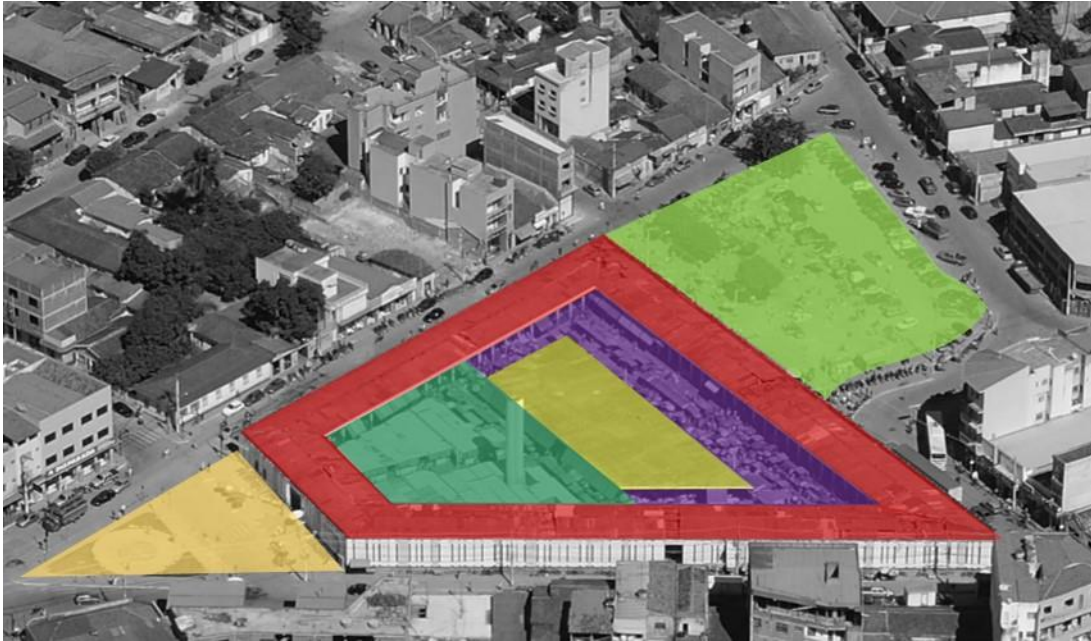








Fonte: Autora, 2016.

Conforme apresentado no Capítulo 3, a edificação estudada enquadra-se na tipologia de Mercado Fechado com Pátio Interno Aberto. É constituído por um bloco trapezoidal perimetral ao terreno, em alvenaria, e um pátio coberto parcialmente por estrutura metálica.

As FIGURA 64 e 69 mostram a setorização atual das atividades comerciais: lojas, comercializando itens de vestuário, alimentícios e carnes (FIGURA 65); comércio popular, desde utensílios domésticos a eletroeletrônicos (FIGURA 66); a praça de alimentação (FIGURA 67); a área de bancas e o estacionamento (FIGURA 68).

FIGURA 64 - MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS: PROGRAMA ATUAL



	PRAÇA FRONTAL		835,50 m ²
	LOJAS (FIGURA 65)		2.471,15 m ²
	COMÉRCIO POPULAR (FIGURA 66)		1.525,90 m ²
	PRAÇA ALIMENTAÇÃO (COBERTO) (FIGURA 67)		869,14 m ²
	BANCAS		1.525,90 m ²
	ESTACIONAMENTO (FIGURA 68)		3.185,00 m ²
ÁREA TOTAL DO TERRENO			10.412,59 m ²

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS, 2010. Alterado e elaborado pela autora.

FIGURA 65 – BLOCO PERIMETRAL COBERTO: GALERIA EXISTENTE, À ESQUERDA LOJAS COM COMÉRCIO DE ROUPAS, CALÇADOS, ALIMENTOS E CARNES E A DIREITA O PÁTIO ABERTO.



Fonte: MACHADO, 2014, p. 20.

FIGURA 66 – COMÉRCIO POPULAR: BOXES DE COMÉRCIO POPULAR, ESTRUTURA EM ALVENARIA



Fonte: Maria Elza Sarmento, 2010.

FIGURA 67 – ÁREA PARA ALIMENTAÇÃO COBERTA: BOXES EM ALVENARIA, ONDE É SERVIDO COMIDA TÍPICAMENTE MINEIRA, ALÉM DE GRÃOS, DOCES E DERIVADO DO LEITE



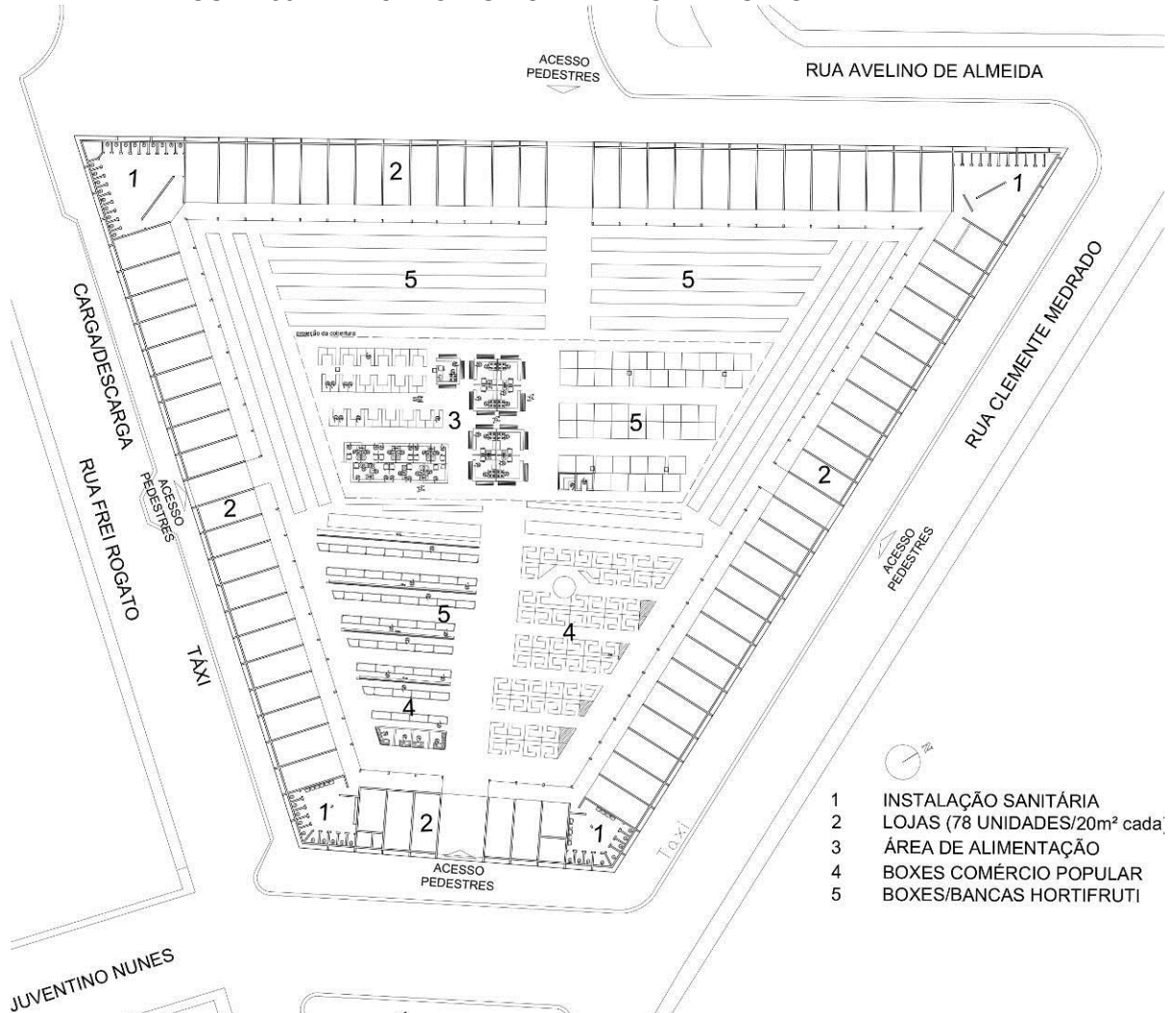
Fonte: Maria Elza Sarmento, 2010.

FIGURA 68 - VISTA DO ESTACIONAMENTO, BARRACAS PARA VENDA DE PRODUTOS LOCAIS, À DIREITA, COMO PEQUI E FRUTAS DA ESTAÇÃO.



Fonte: MACHADO, 2014, p. 21.

FIGURA 69 - MERCADO MUNICIPAL DE SALINAS-MG: PLANTA BAIXA



Fonte: PRÉFECTURA MUNICIPAL DE SALINAS, 2014.

Como já informado, as instalações físicas do Mercado Público de Salinas encontram-se, atualmente, em condições precárias e os principais problemas são: infraestrutura deficiente; boxes locados de forma desordenada, dificultando a circulação dos usuários; os revestimento dos pisos são inadequados, impedindo a limpeza e a drenagem das águas pluviais; a área destinada a alimentação está subdimensionada em relação a demanda existente, e as mesas e os banco de cada box diminuem e bloqueiam a circulação; o local de carga-descarga, no exterior do imóvel, dificulta o abastecimento das lojas e gera congestionamentos no entorno; o estacionamento demonstra insuficiente para atender a atual demanda.

A intervenção proposta tem como objetivos a manutenção das atividades tradicionais e a inserção de novas. Dessa maneira, busca atender à demanda da população que usa o mercado e, simultaneamente, atrair um novo público (turistas). A ideia é incorporar o mercado de orgânicos, espaços multiusos, área para eventos e cursos, como acontece no Mercado de Curitiba e, assim como nos mercados de Cádiz e Lages, valorizar o espaço de permanência para a manutenção das relações sociais e culturais.

Bonduki (2016) comenta sobre o quanto é importante ponderar a inserção de novas atividades voltadas para os turistas e as atividades habituais dos mercados, para que não ocorra o processo da perda da identidade e as características que torna cada mercado único.

O *retrofit* será utilizado de maneira a gerar uma intervenção livre, não amarrada às imposições e restrições da preservação de um bem tombado. Seu objetivo é consolidar a vocação comercial, através do ordenamento e redimensionamento dos setores, privilegiando os pequenos produtores que, atualmente, contam com uma pequena área para comercialização de seus produtos.

Uma das ações propostas será a abertura do edifício para o exterior, integrando ele com o entorno e permitindo que as atividades comerciais ultrapassem os limites do edifício. Este objetivo será atingido de duas maneiras: pela instalação de boxes na praça frontal, como em Cádiz; e a adoção de galerias com instalações elétricas e hidráulicas que permitem a realização de feiras itinerantes no entorno próximo, como em Lages; além da possibilidade de funcionamento independente das atividades do mercado.

6 DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO

6.1 LEGISLAÇÃO

Os parâmetros urbanísticos de Uso e Ocupação para a área do Mercado Municipal de Salinas estão sendo revistos atualmente. Para a realização da intervenção proposta, serão consideradas as medidas apresentadas no projeto de lei municipal de 2011.

O edifício do Mercado está inserido no zoneamento ZCAP, Zona Central e de Adensamento Pontual.

Art.118 – Na Zona Central e de Adensamento Pontual são admitidos os usos habitacionais (H1) e (H2), sendo ainda permitido o uso misto (M1) e (M2), bem como comercial ou de prestação de serviços (CS).

Parágrafo único – Para as vias com perfil inferior a 9m (nove metros), sendo 6m (seis metros) destinados à pista e o restante divididos entre os passeios, será permitido apenas o uso comercial ou de prestação de serviços (CS), devendo atender o CA de 2,5 e gabarito máximo de três (3) pavimentos. (SALINAS, 2011, p.32).

Na TABELA 1 são apresentados os parâmetros urbanísticos, destaque para os critérios referentes ao uso comercial e de prestação de serviços (CS) da região do Mercado Público de Salinas, a Zona Central e de Adensamento Pontual (ZCAP).

TABELA 1 – ZONEAMENTO: ZONA CENTRAL E DE ADENSAMENTO PONTUAL (ZCAP)

ANEXO I – PARÂMETROS URBANÍSTICOS									
ZONA	USO	CA Máximo	TO Máximo (%)	TP Mínimo (%)	Afastamento Mínimos		Gabarito	Testada Mínima	Área Mínima do Lote (m ²)
					Frontal (m)	Lateral/Fundo (m)			
ZCAP	H1	1,2	60	20	2,5	1,5	2	12	300
	H2	2,5			(H/10)+2	1,5 ou (H/10)+0,5	-		
	M1	1,2	1,5 ou (H/10)+0,5	1,5 ou (H/10)+0,5	2				
	M2	4,0	70	20	1,5 ou (H/10)+0,5	1,5 ou (H/10)+0,5	-		
	CS	4,5	80	10	1,5 ou (H/10)+0,5	1,5 ou (H/10)+0,5	-		
					Opcional	-	3		

Fonte: SALINAS, 2011, p. II.

Para as vagas de estacionamento serão consideradas as disponibilizadas na intervenção deste ano que contempla 32 vagas descobertas para veículos.

Baseado nos parâmetros urbanísticos descritos acima, foi considerada a área do terreno de 10.412,59 m² para o cálculo dos índices referentes a ocupação do lote, como mostra a TABELA 2 – PARÂMETROS URBANÍSTICOS APLICADOS.

TABELA 2 – PARÂMETROS URBANÍSTICOS APLICADOS

Descrição	Coefficiente	Parâmetros aplicados
Coeficiente de Aproveitamento (CA)	4,5	46.845 m ²
Taxa de Ocupação (TO) (máximo)	80%	8.328 m ²
Taxa de Permeabilidade (TP) (mínimo)	10%	1.041 m ²
Afastamentos Frontal e Lateral	1,5 ou (H/10)+0,5	1,5 m

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A partir dos dados da TABELA 2, foram estabelecidos os seguintes critérios:

- a) O programa deverá ser desenvolvido em aproximadamente 6.000 m² de área construída e 8.685m² no total;
- b) A proposta deverá dispor de 1.041 m² de área permeável;
- c) Área máxima permitida de ocupação: 46.845 m² em 5 pavimentos;
- d) Considerando a área construída a ser utilizada de aproximadamente 6.000 m²;
- e) 32 vagas de estacionamento.

6.2 DIRETRIZES PROJETUAIS

A partir da conceituação do tema, análise dos correlatos e interpretação da realidade foram definidas as seguintes diretrizes projetuais:

- Manter o edifício perimetral, revitalizá-lo e inserir novas soluções tecnológicas;
- Preservar a característica principal de comércio de alimentos do Mercado, ampliando e remodelando os boxes e a área das bancas, além de inserir a ala de orgânicos;

- Consolidar a característica de ponto de encontro fortificador das relações sociais, comerciais e culturais, incorporando espaços multiusos que permitam exposições de produtos, apresentações variadas e o encontro das pessoas;
- Integrar o edifício com o entorno, potencializando sua característica de marco urbano, referência na paisagem da cidade e como equipamento urbano essencial para Salinas, a partir da incorporação da Praça Enéas Felício Batista possibilitando que a atividade comercial ultrapasse os limites do edifício;
- Diferenciar o edifício existente e o proposto, através da adoção de materiais, cores e elementos e espacialidades distintas, respeitando o princípio de distinguibilidade pertinente às boas práticas de restauro;
- Incorporar novos usos que requalifiquem o Mercado, tais como: ala de orgânicos, espaços multiusos, salas de aula e a cozinha didática;
- Inserir um bloco anexo para abrigar o programa proposto, no pátio central que comportará a ampliação do setor de produtos e da área gastronômica e a inserção de setores de cursos/eventos;
- Possibilitar a qualificação profissional da população, a partir da criação de espaços didáticos como as salas de aula e a cozinha para que cursos e apresentações possam ser ministradas tanto para os produtores quanto para à população, como ocorre no Mercado Municipal de Curitiba;
- Propor soluções técnico-construtivas que amenizem, da melhor maneira, as altas temperaturas do clima semiárido, proporcionando conforto térmico, como muxarabis, aberturas zenitais, lanternim e aberturas que permitam a ventilação cruzada, como no Mercado de Cádiz;
- Prever espaços que funcionem independentemente do mercado, como os espaços multiusos, as salas de aula, a cozinha didática, bares e restaurantes e boxes inseridos na Praça Enéas Felício Batista. Como acontece no Mercado Público de Lages.

6.3 SETORIZAÇÃO E PROGRAMA DE NECESSIDADES

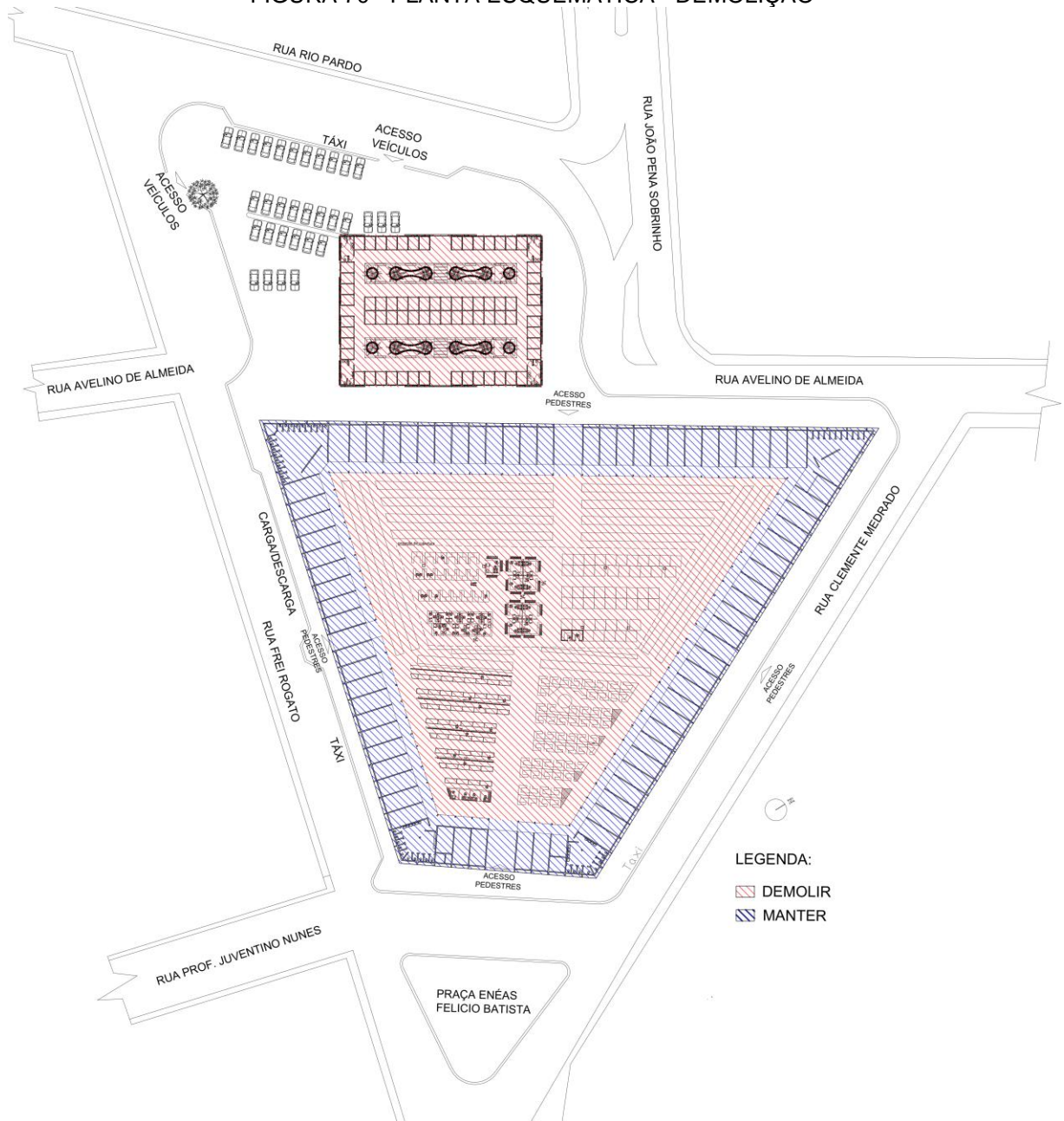
O programa de necessidades foi elaborado a partir da análise dos correlatos e na atual distribuição das áreas do Mercado de Salinas. Os setores propostos são: produtos, serviços, área gastronômica, eventos e cursos, administrativo, infraestrutura e estacionamento. A área a ser ampliada será de aproximadamente 3.000 m² que abrigará os novos usos propostos, o restante da área construída fica abriga a área do edifício perimetral.

A cobertura metálica existente no pátio central e os boxes em alvenaria serão demolidos e remodelados para abrigar o novo programa inserido, conforme FIGURA 70.

No bloco existente e no pátio central serão locados o setor de produtos e serviços. O edifício anexo, locado no atual estacionamento, abrigará o setor de cursos e eventos, a área gastronômica e uma parte do setor de produtos. O estacionamento será ao lado do anexo e descoberto. A praça frontal será incorporada ao conjunto arquitetônico, a fim de ampliar o espaço e permitir a execução de feiras itinerantes. (FIGURA 71).

O programa de necessidades e a setorização desta intervenção estão relacionados na Tabela 4.

FIGURA 70 - PLANTA ESQUEMÁTICA - DEMOLIÇÃO



Fonte: Prefeitura Municipal de Salinas, 2016. Alterado pela autora.

A FIGURA 70, ilustra as edificações que serão demolidas, todas as intervenções existentes no pátio central e o mini shopping que será desconsiderado neste trabalho. A edificação que será mantida e remodelada e que receberá os novos usos, em azul.

FIGURA 71 - PLANTA ESQUEMÁTICA DE SETORIZAÇÃO



Fonte: Prefeitura Municipal de Salinas, 2016. Alterado pela autora.

Na praça a ser incorporada ao edifício do Mercado será disponibilizada gavetas visitáveis com infraestrutura que permita que feiras itinerantes se realizem assim como no Mercado Público de Lages.

TABELA 3 - SETORIZAÇÃO/PROGRAMA DE NECESSIDADES

Setorização / Programa de Necessidades		
SETOR	ÁREA	USOS
SETOR DE PRODUTOS	4.000m ²	<ul style="list-style-type: none"> • Boxes para artesanato • Boxes para bebidas • Boxes para produtos locais • Boxes produtos secos • Boxes para comércio popular • Açougue • Peixaria • Orgânicos
SETOR DE SERVIÇOS	300m ²	<ul style="list-style-type: none"> • Sapataria • Selaria • Barbearia • Lotéricas • Chaveiro • Banca de Revistas • Floricultura • Correios • Espaço para Caixas Eletrônicas
ÁREA GASTRONÔMICA	700 m ²	<ul style="list-style-type: none"> • Bares • Bancas/Lanchonetes • Cafeteria • Espaço para mesas
SETOR DE EVENTOS/CURSOS	300 m ²	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço para exposição permanente de artesanato • Espaço para exposições • Salas Multiuso/Salas de aula • Cozinha Didática
SETOR ADMINISTRATIVO	100 m ²	<ul style="list-style-type: none"> • Sala da Administração • Sala de Reuniões • Sala da Segurança/Limpeza • Sanitários/Vestiários para funcionários
SETOR DE INFRA ESTRUTURA	100m ²	<ul style="list-style-type: none"> • Doca e espaço para manobras • Depósitos • Almojarifado e • Área de apoio (lixo, GLP, central elétrica) • Instalações Sanitárias
ESTACIONAMENTO	3.185 m ² *	<ul style="list-style-type: none"> • Vagas para veículos • Vagas para motocicletas • Vagas para bicicletas • Controle do estacionamento • Vagas para táxi
ÁREA TOTAL	8.685 m²	

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

7 CONCLUSÃO

O reconhecimento dos mercados públicos como equipamento urbano que engloba os costumes e tradições de uma determinada população, induzem à valorização destes edifícios.

As condições precárias da estrutura e a desorganização do Mercado Municipal de Salinas prejudicam as atividades comerciais ali desenvolvidas e justificam a proposta de intervenção por intermédio do *Retrofit*.

Os estudos e análises realizadas foram fundamentais para embasar o projeto arquitetônico a ser elaborado na próxima etapa no TFG, buscando a adequação e a atualização de sua infraestrutura e incorporando novos usos que auxiliarão na manutenção deste equipamento.

8 REFERÊNCIAS

ACERVO JOÃO COSTA. **Mercado Velho**. Salinas. 1 fotografia preto e branco. 1943.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Ampliações do Conceito de Patrimônio edificado no Brasil. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). CORRÊA, Elyane Lins (org.). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 145-170. Disponível em: <https://www.academia.edu/6251988/Amplia%C3%A7%C3%B5es_do_conceito_de_patrim%C3%B4nio_edificado_no_Brasil>. Acesso em: 18 maio 2016.

ANGELI, Gladson. **Mercado Municipal vai ganhar mais de 20 mil m²**. **Gazeta do Povo**. Curitiba: 16 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mercado-municipal-vai-ganhar-mais-20-mil-m2-c1vnho6voxtgbqn9o7g10w26>>. Acesso em: 15 abril 2016.

ARCHDAILY. **Requalificação e ampliação do Mercado Central de Cadiz / Carlos de Riaño Lozano**. Traduzido por Romullo Baratto. 19 fevereiro de 2014. Disponível: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-177683/requalificacao-e-ampliacao-do-mercado-central-de-cadiz-slash-carlos-de-riano-lozano>>. Acesso em 12 junho 2016.

ARCHDAILY. **Museu da Cachaça**. Jô Vasconcelos. 22 setembro 2014. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/627504/museu-da-cachaca-jo-vasconcelos>. Acesso em: 15 abril 2016.

ASA BRASIL. **Semiárido**. 2016. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/semiariado>>. Acesso em 22 junho 2016.

BIM, Célia. **Entrevista I**. [Junho 2016]. Entrevistador: Larissa Francielly Souza Mendes. Curitiba, 2016.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. Tradução: MAZZO, Silvia. São Paulo: Perspectiva, 2007. Título original: Storia della Città.

BLOG MEMORIA DE CADIZ. **El Mercado Público Central de Abastos**. Diário de Cádiz: Junho, 2008. Disponível em: <<http://memoriadecadiz.es/2008/06/05/el-mercado-publico-central-de-bastos/#more-658>>. Acesso em: 12 junho 2016.

BLOG TURISMO CURITIBA. **Mercado Municipal e Mercado de Orgânicos de Curitiba**. Sem data. Disponível em: <<http://www.guiaturismocuritiba.com/2010/12/mercado-municipal-e-mercado-de.html>>. Acesso em: 17 junho 2016.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan. Programa Monumenta, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf>. Acesso em: 23 maio 2016.

BOTELHA, Wagner Garcia. **Expansão do “Retrofit” no Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://lexuniversal.com/pt/articles/17918>>. Acesso em: 07 junho 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 maio 2016.

BRASIL. Decreto Nº 22.928. Erige a Cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional. Brasília, DF: **Câmara dos Deputados**, 12 julho 1933. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>> . Acesso em: 25 junho 2016.

BROERING, Zulian, FIGUEIREDO, Zanatta. **Mercado Público de Lages**. São Paulo, 2014. Projeto arquitetônico Estudo Preliminar em 6 pranchas. Disponível em: <http://www.iab.org.br/sites/default/files/Pranchas_Mercado_Lages_Primeiro_Lugar.pdf>. Acesso em: 12 junho 2016.

CABRAL, Renata Campello. **A dimensão Urbana do Patrimônio na Carta de Atenas de 1931**. As Contribuições da Delegação Italiana. Arqtextos, São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, maio. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/15.179/5531>>. Acesso em: 25 junho 2016.

CARVALHO, Leandro. **Surgimento da burguesia**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/surgimento-burguesia.htm>>. Acesso em: 08 maio 2016.

CASTELNOU NETO, A.M. **A intervenção arquitetônica em obras existentes**. Semina: Ci. Exatas/Tecnol., Londrina, v. 13, n. 4, p. 265-268, dez. 1992. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/semexatas/article/viewFile/3200/2681>>. Acesso em: 20 maio 2016.

CASTRO, Jerson Straube de. Entrevista II. [Junho 2016]. Entrevistador: Larissa Francielly Souza Mendes. Curitiba, 2016.

CATRACA LIVRE. **Mercado Municipal de Curitiba tem programação especial de aniversário**. 14 agosto 2013. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/curitiba/agenda/gratis/mercado-municipal-de-curitiba-comemora-aniversario-com-programacao-cultural/>>. Acesso em 16 junho 2016.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Tradução de: Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p. Título original: L'allégorie du Patrimoine.

CITY POPULATION. **Spain, Andalucia**. Disponível em: <<http://www.citypopulation.de/php/spain-andalucia.php?cityid=11012>>. Acesso em: 12 junho 2016.

CLIMATEMPO. **Climatologia: Salinas-MG.** Disponível em: <<http://www.climatempo.com.br/climatologia/187/salinas-mg>>. Acesso em: 22 junho 2016.

CONCURSO DE PROJETOS – Portal e Revista Eletrônica. **Mercado Central de Cádiz – Espanha.** 12 março 2014. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2014/03/12/mercado-central-de-cadiz-espanha/>>. Acesso em: 11 junho 2016.

COSTA, André. Mercado da Candelária, Rio de Janeiro. FLICKR. 5 novembro 2006. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/andre_so_rio/289443449>. Acesso em: 08 junho 2016.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais.** 3ªed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p

DRESLER, Steve. **Mercado Central de Abastos, Cádiz, Espanha.** Flickr: 2010. <<https://www.flickr.com/photos/vaborn001/4678563685>>. Acesso em: 12 junho 2016.

El Mercacdo de San Miguel reabre sus puertas después de casi dos años. **Jornal El Mundo.** Madri. 15 maio 2009. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2009/05/12/madrid/1242118543.html>>. Acesso em: 08 junho 2016.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. **Do Mercado Popular ao Espaço de Vitalidade: O Mercado Central de Belo Horizonte.** 172 f. Dissertação (Mestrado Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/BeatrizSilveiraCastroFilgueiras.pdf>> Acesso em: 02 abril 2016

FREIRE, F. **História Territorial do Brazil.** 1º vol. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro, 1906.

GOOGLE EARTH. **Mercado Municipal de Curitiba.** 1 imagem de satélite, 21 maio 2009, color.

GOOGLE STREET VIEW. **Imagem Mercado Municipal de Salinas.** Setembro 2011. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Salinas,+MG/@-16.1683922,-42.2923152,3a,60y,291.46h,81.48t/data=!3m6!1e1!3m4!1sZHCl15IfyK-AouRKqA2gKQ!2e0!7i13312!8i6656!4m5!3m4!1s0x74de95980aaae27:0x6dc96f5fe4e23731!8m2!3d-16.167456!4d-42.2978984!6m1!1e1>>. Acesso em: 15 maio 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Salinas. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=315700&search=minas-gerais|salinas>>. Acesso em: 16 junho 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Lages. 2010. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420930&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>

IEPHA-MG. **Salinas Prédios Antigos do Mercado Municipal e Cadeia Pública**. 1 agosto 1983. 2p. Relatório técnico. Disponível na Câmara Municipal de Salinas.

IPHAN. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória**. Nº31. Brasília: IPHAN. 1980. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)>. Acesso em: 06 junho 2016.

IPHAN. **O que é Tombamento?**. Perguntas frequentes. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9>>. Acesso em: 05 junho 2016.

_____. Câmara já aprovou preservação. **Jornal Salinas**, Salinas. Setembro 1983. História. p. 5.

LAVOZ DIGITAL. **Primer Aniversario del Mercado Central de Cádiz**. *Lavoz Digital*: 2010. Disponível em: <<http://www.lavozdigital.es/cadiz/multimedia/fotos/cadiz/68396-primer-aniversario-mercado-central-cadiz-0.html>>. Acesso em: 12 junho 2016.

LEÃO, Marina Soares. **A Representação Social do Patrimônio Cultural para a Formação do Sentimento de pertença do Sujeito Social**. 34f. Dissertação (Especialização em Gestão do Território e do Patrimônio Cultural) - Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Governador Valadares. 2009. Disponível em: <<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Arepresentacaosocialdopatrimonioculturalparaaformacaodosentimentodepertencadosujeitosocial.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.115p

LISBOA, Abdênago. LISBOA. Apolo Heringer. **Octacíliada: Uma Odisséia do Norte de Minas**. Edição de Apolo Heringer Lisboa. Belo Horizonte: Canaã, 1992.

MAGALHÃES, Maria Araci. et.al. **A História e o Ambiente do Município de Salinas -MG**. IFNMG, Salinas. No prelo.

MACHADO, Francisco W. M. JUNIOR MACHADO, Milton. Laudo Técnico de Avaliação: Mercado Municipal de Salinas -MG. 03 junho 2014. Laudo Técnico.

MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA. **Sobre o Mercado Municipal de Curitiba**. Sem data. Curitiba. Disponível em: <<http://mercadomunicipaldecuritiba.com.br/sobre-o-mercado/#!>> . Acesso em: 15 maio 2016.

MORAES, Virgínia Tambasco Freire. QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. O desenvolvimento da Metodologia e os Processos de um “*Retrofit*” Arquitetônico. **Revista Eletrônica Sistema & Gestão**. vol.7, n.3, 2012. Disponível em: <<http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/viewFile/V7N3A13/V7N3A13>> Acesso em: 23 maio 2016.

MORRIS, A. E. J. **Historia de la forma urbana: Desde sus Orígenes hasta la Revolución Industrial.** Tradução: Reinald Bernet. Barcelona: Gustavo Gili S.A, 1984. Título original: History of Urban Form. Before the Industrial Revolutions.

MOSTRA ALBUM DE RETRATOS DO MERCADO. Abril 2006.

MOURA, Éride. Retrofit em alta. **Revista Construção Mercado.** Editora PINI, edição 81, abril/2008. Disponível em: <<http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/81/artigo281998-1.aspx>> . Acesso em: 07 junho 2016

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** Tradução: SILVA, Neil R. da. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Título original: The city in history.

MURILHA, Douglas. **O Higienismo e a Construção dos Matadouros e Mercados Públicos.** 292 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=672> Acesso em: 11 abril 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, José Vanildo de. **Fluxograma do Processo de Planejamento Arquitetônico Aplicado a Mercados Públicos.** 146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/813865-Fluxograma-do-processo-de-planejamento-arquitetonico-aplicado-a-mercados-publicos.html>> Acesso em: 11 abril 2016.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 81-100, 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/505/537>> Acesso em: 04 abril 2016.

PREFEITURA DE CADIZ. **Turismo.** Disponível em: <<http://turismo.cadiz.es/es/rutas-y-visitas-en-cadiz/mercado-central>>. Acesso em: 12 junho 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS. **Mercado Municipal de Salinas-MG:** foto aérea. Salinas, 2010. 1 fotografia aérea, color.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS. **Mercado Municipal de Salinas-MG.** Salinas, 2014. Planta Baixa. Arquivo DWG.

ROMANO, Leonora. **Edifícios de Mercados Gaúchos: uma arquitetura dos sentidos.** 138f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Área de Concentração em Teoria, História e Crítica) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6575/000443618.pdf?sequence=1>> Acesso em: 08 maio 2016.

SALGADO, Ivone; MURILHA, Douglas. Patrimônio Arquitetônico no Estado de São Paulo: uma arquitetura para matadouros e mercados antigos. **Revista Exacta**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 263-277, 2009, Universidade Nove de Julho. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/810/81015222013.pdf>> Acesso em: 15 abril 2016

SALGADO, Ivone; MURILHA, Douglas. **A arquitetura dos mercados públicos**. Tipos, modelos e referências projetuais. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 138.02, Vitruvius, novembro. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>>. Acesso em: 03 abril 2016.

SALINAS. Lei nº 584. Autoriza a Construção de um Mercado de Abastecimento e Centro Comercial e dá outras Providências. **Legislação Municipal de Salinas-MG**. Câmara Municipal de Salinas-MG. 16 março 1971. 3p.

SALINAS. Projeto de Lei. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo do Município de Salinas e dá outras providências. **Legislação Municipal de Salinas-MG**. 2011. Disponível em: <<http://www.salinas.mg.gov.br/publicacoes/uso%20e%20ocupacao%20do%20solo/Projeto%20de%20Lei%20uso%20e%20ocupa%E7%E3o%20dos%20solo%20de%20salinas%20EV6.pdf>>. Acesso em: 22 de junho 2016.

SARMENTO. Maria Elza. **Mercado Municipal de Salinas: Praça de Alimentação**. 2010. 1 fotografia, color. 20x15cm.

SARMENTO. Maria Elza. **Mercado Municipal de Salinas: Barracas**. 2010. 1 fotografia, color. 20x10cm.

SILVA, Diego Vernille da. **Mercados Municipais de São Paulo: Equipamentos essenciais ou excentricidade urbana?** Trabalho apresentado no XIV ENANPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências. Belo Horizonte. 2015. Disponível em: <http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=634> Acesso em: 10 abril 2016.

SILVA PINTO, Renata Inês Burlacchini. **A Praça na História da Cidade: O caso da Praça da Sé – Suas faces durante o século XX (1933/1999)**. 219f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Salvador, 2003. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/node/512>>. Acesso em: 08 maio 2016.

TAVARES FILHO, A. C. **Reflexões sobre a noção de tipo morfológico e o programa arquitetônico: os casos das Escolas Municipais Estados Unidos e República Argentina**. 220f. Dissertação (Mestrado de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. PROARQ da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.gae.fau.ufrj.br/assets/dissert_arthur_tavares_2005.pdf>. Acesso em: 08 junho 2016.

TOWERS, J. M. San Miguel Market: Traditional Tapas in Madrid. **Azure Azure** 2013. Disponível em: <<http://www.azureazure.com/gastronomy/traditional-tapas-in-madrid-103>>. Acesso em: 08 junho 2016.

TRIPADVISOR. Mercado Central de Cadiz. Setembro 2015. Disponível em: <https://www.tripadvisor.es/Attraction_Review-g187432-d6678153-Reviews-Mercado_Central-Cadiz_Costa_de_la_Luz_Andalucia.html#photos;geo=187432&detail=6678153&ff=148134863&albumViewMode=hero&albumid=101&baseMediald=148134863&thumbnaillMinWidth=50&cnt=30&offset=-1&filter=7>. Acesso em: 25 junho 2016.

VALE, Mauricio Soares do. **Diretrizes para Racionalização e Atualização das Edificações**: segundo o conceito da qualidade e sobre a ótica do *Retrofit*. 223f. Dissertação Mestrado. (Pós-Graduação em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp019558.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001.

WIKIPEDIA. **Salinas**. 03 junho 2016. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Salinas>>. Acesso em: 15 abril 2016.

YANO, Célio. Mercado Municipal de Orgânico é inaugurado em Curitiba. **Gazeta do Povo**. Curitiba: 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mercado-municipal-de-organicos-e-inaugurado-em-curitiba-bf7dghud43gtkapzmbns2yj2>>. Acesso em: 15 abril 2006.

Aluna: Larissa Francielly Souza Mendes

Tema: *Retrofit* do Mercado Municipal de Salinas – Minas Gerais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Amorim de Castro